

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS  
INSTITUTO DE MATEMÁTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

ODAIR GONÇALVES MARQUEZ

ASPECTOS HISTÓRICOS RELACIONADOS AO ENSINO DA MATEMÁTICA  
ELEMENTAR EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM CORUMBÁ, MATO  
GROSSO, NO PERÍODO DE 1908 A 1977

CAMPO GRANDE – MS

2020

ODAIR GONÇALVES MARQUEZ

ASPECTOS HISTÓRICOS RELACIONADOS AO ENSINO DA MATEMÁTICA  
ELEMENTAR EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM CORUMBÁ, MATO  
GROSSO, NO PERÍODO DE 1908 A 1977

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática, sob a orientação da Professora Dra. Edilene Simões da Costa Santos.

CAMPO GRANDE – MS

2020

ODAIR GONÇALVES MARQUEZ

ASPECTOS HISTÓRICOS RELACIONADOS AO ENSINO DA MATEMÁTICA  
ELEMENTAR EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM CORUMBÁ, MATO  
GROSSO, NO PERÍODO DE 1908 A 1977

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática, sob a orientação da Professora Dra. Edilene Simões da Costa Santos.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Edilene Simões Costa dos Santos  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Profa. Dra. Kesia Caroline Ramires Neves  
Universidade Federal de São Paulo (UFMS)

---

Profa. Dr. Luiz Carlos Pais  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

CAMPO GRANDE – MS

2020

## AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer nos torna humanos e faz-nos perceber o quanto precisamos de pessoas que compartilhem dos nossos anseios. Assim, gostaria de agradecer, primeiramente, à Deus por permitir-me a saúde e a sabedoria em cada momento que mais necessitei durante todo esse processo de aprendizagem e produção científica. Agradeço à minha família, que não mediu esforços e procurou me apoiar durante todo processo e nos momentos que eu mais precisei. Agradeço à minha esposa que abarcou todas as responsabilidades de minha ausência no cuidado das responsabilidades com casa e filho e no apoio financeiro. Agradeço imensamente à minha orientadora, Professora Doutora Edilene Simões Costa dos Santos, o apoio e por ter acreditado na minha pesquisa, como também aos Professores Doutores Luiz Carlos Pais e Késia Caroline Ramires Neves, por aceitarem o desafio de avaliar o meu trabalho. Estendo um agradecimento especial aos apoiadores, onde incluo a Prefeitura de Corumbá ao me liberar para os estudos e à CAPES por oportunizar participar desta pesquisa, e a cada professor e colega do Programa de Pós Graduação em Educação Matemática da UFMS. Finalizando, gostaria de agradecer ao Grupo de Estudos Compasso-MS, por oportunizar os momentos de estudos e aprofundamentos, como também o GHEMAT-Brasil, que com sua estrutura possibilitou o acesso às várias pesquisas e acervos de materiais, como também os vários encontros de formação com Seminários Temáticos e Estudos.

## RESUMO

Esta pesquisa em história do ensino da matemática pretende investigar aspectos históricos relacionados ao ensino da matemática elementar em estabelecimentos de ensino em Corumbá, Mato Grosso, no período de 1908 a 1977. A questão norteadora desse trabalho ajuda a elucidar quais foram as principais fontes de referência para o ensino da matemática elementar em instituições escolares de Corumbá, Mato Grosso, no período de 1908 a 1977. No entanto, para entender o processo de delimitação do tema tem-se primeiro a posição geográfica da cidade de Corumbá que a transforma num importante ponto comercial e também político dentro do estado de Mato Grosso, onde estabeleceram-se inúmeras casas comerciais, fiscais e de arsenal da Marinha, surgindo a necessidade de concursos públicos para aqueles que quisessem atuar nas casas alfandegárias, postos de telégrafo e arsenal de Marinha; e, em segundo que, em 1977 acontece a divisão do estado de Mato Grosso, passando o estado para um novo contexto político, social, geográfico e econômico. Assim, com base teórico-metodológica de pesquisa em história cultural, procuramos analisar as fontes encontradas na hemeroteca Nacional Digital, Instituto Luiz de Albuquerque, escola depositária “Carlos de Castro Brasil” com a concepção de Documentos a partir de Le Goff que auxilia na análise das fontes e documentos encontrados no Instituto Luiz de Albuquerque e na escola que guarda os documentos do grupo escolar, nas narrativas de ex-alunos e em periódicos e jornais encontrados na hemeroteca Nacional Digital; elementos das disciplinas escolares, cultura escolar e finalidades das disciplinas escolares por Chervel que auxilia na análise em documentos oficiais, livros de atas do grupo escolar e jornais e periódicos do período da pesquisa a fim de verificar o que era necessário aprender da matemática elementar em estabelecimentos de ensino do estado de Mato Grosso e em Corumbá, quais eram os modelos de escolas implantados pelo estado de Mato Grosso e quais as orientações para o ensino; a matemática a ensinar e para ensinar por Hoffsteter & Valente auxilia a analisar o conteúdo verificado nos artigos de jornais, documentos oficiais, trabalhos acadêmicos e o livro analisado em nossa pesquisa ajudando a inferir sobre os conteúdos da matemática elementar exigidos para o ensino em estabelecimentos de ensino e para concursos públicos no período da pesquisa; e o Ofício do Historiador por Bloch que nos ajuda a revelar as referências históricas gerais relativas ao ensino da matemática elementar em estabelecimentos de ensino de Corumbá, Mato Grosso, a partir dos documentos encontrados e analisados durante as etapas de nossa pesquisa. Dessa forma, procuramos responder aos objetivos específicos elencados como: analisar as referências históricas gerais relativas ao ensino da matemática elementar em fontes diversas da hemeroteca Nacional Digital; analisar as referências históricas gerais relativas ao ensino da matemática elementar para concursos; analisar as referências históricas em trabalhos científicos relativas ao ensino elementar no estado de Mato Grosso; e analisar as referências históricas e os livros didáticos que foram indicados para uso no grupo escolar em Corumbá para o ensino da matemática elementar. Nas considerações finais, a pesquisa infere sobre a finalidade do ensino da matemática elementar para concursos diretamente ligado à conclusão do ensino primário conforme periódicos que listam conteúdos específicos da matemática elementar do ensino primário em editais de concursos públicos e outros que apresentam a obrigatoriedade do certificado do ensino primário para a aprovação em concurso. Traz ainda a criação do grupo escolar na cidade de Corumbá como parte da tentativa de modernização do ensino primário no estado, além da diminuição do analfabetismo e aumento na oferta de vagas. No entanto, considera-se que além das várias tentativas de melhoramentos no ensino, os recursos disponíveis eram bem escassos. Como nosso principal resultado vimos que para o ensino no Grupo Escolar, o método de ensino baseado no ensino intuitivo, seria o diferencial em relação ao que era no tempo do Império, pois melhor se adaptava aos ideais republicanos, adotado pelos governadores quando implantaram o sistema de ensino denominado Grupo Escolar, pois era a “tentativa de concretização de uma escola supostamente melhor, em um país que pouco havia mudado com a passagem do regime monárquico para o republicano”.

Palavras-chave: Matemática Elementar. Matemática a Ensinar. Corumbá.

## ABSTRACT

This research in the history of the teaching of mathematics aims to investigate historical aspects related to the teaching of elementary mathematics in educational establishments in Corumbá, Mato Grosso, from 1908 to 1977. The guiding question of this work helps to elucidate which were the main sources of reference for teaching elementary mathematics in school institutions in Corumbá, Mato Grosso, from 1908 to 1977. However, in order to understand the process of delimiting the theme, we first have the geographical position of the city of Corumbá, which makes it an important point commercial and also political within the state of Mato Grosso, where countless commercial, tax and Navy arsenal houses were established, the need for public tenders arising for those who wanted to work in customs houses, telegraph posts and Navy arsenal; and, secondly, in 1977 the division of the state of Mato Grosso takes place, moving the state to a new political, social, geographical and economic context. Thus, based on a theoretical and methodological basis of research in cultural history, we seek to analyze the sources found in the National Digital newspaper collection, Luiz de Albuquerque Institute, "Carlos de Castro Brasil" depository school with the conception of Documents from Le Goff that helps in the analysis the sources and documents found at the Luiz de Albuquerque Institute and the school that keeps the documents of the school group, in the narratives of alumni and in periodicals and newspapers found in the National Digital newspaper shop; elements of school subjects, school culture and purposes of school subjects by Chervel who assists in the analysis of official documents, school group minutes books and newspapers and periodicals of the research period in order to verify what it was necessary to learn about elementary mathematics in establishments teaching in the state of Mato Grosso and Corumbá, what were the school models implemented by the state of Mato Grosso and what were the teaching guidelines; mathematics to teach and to teach by Hoffsteter & Valente helps to analyze the content verified in newspaper articles, official documents, academic papers and the book analyzed in our research helping to infer about the elementary mathematics content required for teaching in schools. teaching and public tenders during the research period; and the Historian's Office by Bloch, which helps us to reveal the general historical references related to the teaching of elementary mathematics in educational establishments in Corumbá, Mato Grosso, from the documents found and analyzed during the stages of our research. In this way, we seek to answer the specific objectives listed, such as: to analyze the general historical references related to the teaching of elementary mathematics in different sources of the National Digital newspaper library; analyze general historical references regarding teaching elementary mathematics for competitions; analyze historical references in scientific works related to elementary education in the state of Mato Grosso; and analyze the historical references and textbooks that were indicated for use in the school group in Corumbá for teaching elementary mathematics. In the final considerations, the research inferred about the purpose of teaching elementary mathematics for competitions directly linked to the completion of primary education according to periodicals that list specific contents of elementary mathematics in primary education in public calls for tenders and others that present the mandatory certificate of primary education to pass the competition. It also brings the creation of the school group in the city of Corumbá as part of the attempt to modernize primary education in the state, in addition to reducing illiteracy and increasing the offer of places. However, it is considered that in addition to the various attempts to improve teaching, the available resources were very scarce. As our main result we saw that for teaching in the School Group, the teaching method based on intuitive teaching, would be the differential in relation to what it was in the time of the Empire, since it was better adapted to the republican ideals, adopted by the governors when they implanted the system of teaching called Grupo Escolar, because it was the "attempt to materialize a supposedly better school, in a country that had changed little with the transition from monarchic to republican regime".

Keywords: Elementary Mathematics. Mathematics to Teach. Corumbá.

## LISTA DE ABREVIATURAS

GELA – Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

GHEPEME – Grupo de Estudos e Pesquisas em História de Educação Matemática  
Escolar

GHEMAT – Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática

ILA – Instituto Luiz de Albuquerque

MT – Mato Grosso

PLIDEF – Plano do Livro Didático do Ensino Fundamental

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mesa de Rendas .....	32
Figura 2: Porto de Corumbá – Embarcações .....	33
Figura 3: Revista Escolar – Automista – 24 de abril de 1909 – ano V, n. 192 .....	40
Figura 4: Concurso para Guardas – Alfândega de Corumbá – Correio do Estado – 2 de outubro de 1909 – edição 42 p.5 .....	41
Figura 5: Edital de Concursos dos Telégrafos de Mato Grosso – O Pharol – 11 de janeiro de 1908 – ano III, n. 135, p.4. ....	43
Figura 6: Estrutura de pessoal para o arsenal de Marinha de Mato Grosso. Automista – 8 de fevereiro de 1908, Anno II, n. 129, p.1 .....	44
Figura 7: Estrutura de pessoal para o arsenal de Marinha de Mato Grosso – Automista – 8 de fevereiro de 1908, Anno II n. 129 p.2 .....	45
Figura 8: Aula Noturna – Correio do Estado – 9 de outubro de 1910 – edição 133 p. 3 .....	49
Figura 9: Au Noturna – O Debate – 8 de maio de 1914 – edição 766 p. 2 .....	51
Figura 10: Despacho coletivo – O Debate – número 514, p.2 .....	52
Figura 11: Instrução pública – Correio do Estado – 29 de junho de 1910. Ano II, n. 119, p.1. ....	53
Figura 12: Relação de Objetos solicitados para o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque .....	69
Figura 13: Registro de Inspector Escolar .....	71
Figura 14: Cantos e Hinos – Parte do Programa do Ensino Primário de MT 1962 --	73
Figura 15: Exigências para o funcionamento dos prédios escolares – Regulamento de Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso – 1927 .....	74
Figura 16: Grupo Escolar Luiz de Albuquerque .....	74
Figura 17: Capa do livro Vamos Estudar – Theobaldo Miranda Santos .....	76
Figura 18: Sala de aula do GELA .....	77
Figura 19: Decreto de denominação da Escola Estadual de 1º Grau “[Luiz de Albuquerque]” .....	78
Figura 20: Nota Fiscal PLIDEF 76/77 .....	79
Figura 21: A Nova Matemática 4ª série .....	80
Figura 22: Capa do livro Vamos Estudar – Theobaldo Miranda Santos .....	82
Figura 23: índice Geral – VI Matemática – Parte I .....	83

Figura 24: Índice Geral – VI Matemática – Parte II .....	83
Figura 25: Aquarela do Brasil .....	84
Figura 26: “Vamos Estudar” – Divisão de Frações .....	86

## LISTA DE TABELAS

Figura 1: Pesquisa sobre Aritmética na BNDigital, período de 1910 a 1919 ----- 39

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
Trajectoria pessoal .....	13
Problema da pesquisa .....	16
Objetivos .....	20
Estrutura desta pesquisa .....	21
<b>Capítulo 1: Aportes teórico-metodológicos</b> .....	<b>23</b>
1.1 Procedimentos Metodológicos .....	28
<b>Capítulo 2: Aspectos Históricos de Mato Grosso Uno</b> .....	<b>32</b>
<b>Capítulo 3: Referências para o ensino da Matemática Elementar em Estabelecimentos de Ensino de Corumbá MT, no período de 1908 a 1920</b> .....	<b>38</b>
<b>Capítulo 4 – Aspectos históricos do ensino primário no estado de Mato Grosso a partir de pesquisas científicas</b> .....	<b>60</b>
<b>Capítulo 5 – Aspectos históricos do ensino da matemática elementar no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque</b> .....	<b>66</b>
5.1 O Ensino da matemática elementar no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque ----	71
5.2 “Vamos Estudar”, análise do livro e ensino de frações .....	81
<b>Capítulo 6 – Considerações finais</b> .....	<b>88</b>
<b>Capítulo 7 – Referências bibliográficas</b> .....	<b>92</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>96</b>

## INTRODUÇÃO

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no ano de 2017, tive a grata satisfação de participar do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Matemática (GEPHEME), coordenado pela Professora Doutora Edilene Simões da Costa Santos, minha orientadora no curso do Mestrado em Educação Matemática.

Foi, a partir das reuniões desse grupo que, orientado pelo projeto guarda-chuva em pesquisa de aritmética nos anos iniciais, ou seja a matemática nos programas do curso primário em Mato Grosso, que procuramos delinear o nosso campo de atuação na pesquisa que gostaríamos de fazer na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, tínhamos a intenção de verificar a aritmética ensinada nos cursos primários de Corumbá desde o ano de 1878 até o ano de 1980, para tentar verificar as transformações ocorridas no ensino da aritmética do curso primário na cidade, após a estabilidade ocorrida a partir do pós-Guerra do Paraguai, do surgimento da República, os novos ideários do ensino, passando por um grande período ou fases do regime republicano, até a mudança de prédio da Escola Estadual de Primeiro Grau “Luiz de Albuquerque”, ocorrida em 1980, até então situada na praça da República, centro da cidade de Corumbá.

De forma a elucidar todo esse processo histórico que nos aguardava a pesquisa vimos a importância em conhecer o elo existente entre Corumbá e a capital do Estado, Cuiabá, com a qual, segundo Souza (1979), mantinha sólidos laços políticos, sociais e comerciais, a se prolongarem pelo século XX. E, que com a qual eram as cidades mais importantes do Estado nessa época, e em alguns momentos, Corumbá se destacava, pela sua importância social e comercial.

A localização geográfica da cidade de Corumbá a transformou num importante ponto comercial. Com a instalação de casas comerciais, o Arsenal de Guerra da Marinha, Mesa de Rendas, Empresa de Telégrafos e Casas Alfandegárias, criaram-se cursos preparatórios e concursos públicos, o que motivou nosso interesse em verificar a finalidade do ensino da Matemática Elementar para concursos no período de 1908 a 1920.

Com a proposta de pesquisa nos propomos estudar os aspectos históricos relacionados ao ensino da Matemática Elementar em estabelecimentos de ensino de

Corumbá. Dessa maneira, vamos delinear aspectos que consideramos muito importantes para entendermos os momentos históricos da cidade de Corumbá no cenário do Estado e a nível nacional, para então, entender os investimentos aplicados na área de educação e a implantação das escolas primárias, dentre elas o Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque” e as políticas educacionais adotadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso durante o período de nossa pesquisa.

### Trajetória pessoal

Na minha formação inicial tinha muita curiosidade pela matemática pura, então sempre procurei me matricular nas disciplinas da linha da matemática pura, embora estivesse num curso de formação de professores. Quando cheguei na escola para ministrar aulas no ensino fundamental, comecei a perceber que me faltara na formação acadêmica a História da Matemática, uma das disciplinas optativas que não escolhi. Assim, senti-me impulsionado a pesquisar um pouco da História da Matemática, ao ver que nos livros vinham alguns trechos de história da matemática, para poder utilizá-la em minhas aulas como instrumento facilitador para o aluno no ensino e aprendizagem de matemática.

Ao me referir a esse impulso para estudar história, pensei na fala de uma colega de serviço da rede municipal de ensino de Corumbá, que me disse: “Olha, vendo você falar sempre imaginei que sua formação fosse em História, nunca pensei que fosse em Matemática”. Isso porque nas formações de professores realizadas na unidade escolar da qual faço parte, procurava contextualizar as reflexões sobre o projeto político pedagógico da escola na comunidade onde ela está inserida, com a realidade política, econômica e social pela qual estávamos vivenciando, procurando assim auxiliar na reflexão sobre nosso papel de educador na sociedade atual, com todas as dificuldades que nos são impostas pelas influências da mídia e da sociedade. Também, de cunho mais particular tomava alguns exemplos da minha história pessoal e, ainda mais quando lembrava dos momentos que passava junto com meu pai que era pedreiro e tinha um conhecimento e uma habilidade matemática que eu admirava muito. Assim, ao falar de meu pai, “seu Claudio”, como era conhecido, os meus olhos se enchem de brilho ao recordar de algumas situações em que ele me pedia para calcular algumas medições no canteiro de construção civil aonde estávamos

trabalhando, só para ver quanto tempo levaria para obter respostas nos cálculos que para ele eram automáticas.

Nasci e cresci em Corumbá, numa família de dez irmãos. Os meus pais sempre se esforçaram muito para que tivéssemos o ensino escolar e a comida. Estudei no Colégio Santa Teresa, em duas de suas fases de existência, de 1980 a 1988, quando a escola era estadual, embora fosse uma escola salesiana e, de 1989 a 1991 como bolsista, quando se tornou uma escola conveniada, onde se cobrava uma mensalidade dos alunos ali matriculados. Encerrei meus estudos do antigo segundo grau na Escola Estadual “Dr. João Leite de Barros”. Sempre gostei de matemática, embora tivesse muita dificuldade na aprendizagem durante o ensino médio, o que me foi suprido com aulas particulares com o ilustre professor Francisco Eduardo. Não disse ainda o que realmente me fez gostar de matemática, o que aconteceu no ano de 1986 quando tive a oportunidade de estudar com o professor Manoel Leonor, que era uma figura muito importante para mim em matemática, por seu desprendimento e a clareza com a qual conseguia expor os conteúdos. A maneira como ele ministrava as aulas me ajudou a identificar-me com a disciplina. Nesse ano destaquei-me em matemática, as avaliações tinham a recuperação paralela para os alunos que haviam tirado notas baixas ou que queriam melhorar o desempenho, o que eu nunca precisei, mas sempre fiz. No mesmo ano, meu pai começou a me pedir ajuda para cálculos de materiais de construção no serviço como pedreiro, ali conheci os cálculos de áreas e volumes no meio da construção civil, na linguagem corriqueira de pedreiros e serventes. O capricho e a persistência no serviço, além das inúmeras ideias para desenvolver suas tarefas sempre foram alvos de minha admiração ao ofício desempenhado por meu pai.

Em 1986, além do que já foi dito, foi um ano de encantamentos, descobri a arte da poesia, da escultura em madeira, que me acompanharam durante algum tempo. Com tanta coisa acompanhando a minha vida foi difícil definir o caminho a traçar, pelas influencias de minha irmã poderia seguir a carreira da psicologia; pela admiração do ofício de meu pai poderia seguir a engenharia civil; pelas admirações da arte e da escrita poderia trilhar o campos das Letras com especialização em literatura; mas, foi a matemática que falou mais forte e acabei me matriculando no curso de Licenciatura em Matemática na UFMS de Aquidauana. Mais tarde, voltei para Corumbá e terminei a minha graduação na UFMS em 2003. No mesmo ano fiz o

concurso para professor de matemática da rede municipal da cidade e, em 2006 ingressei também como professor efetivo na SED MS.

Trabalhando em escolas com diferentes realidades, fundamental e médio, ensino regular e Educação de Jovens e Adultos, alunos portadores de necessidades especiais cursando o ensino regular, alunos fronteiriços provindos da Bolívia e alunos da realidade urbana de Corumbá, acabaram trazendo muitas inquietações sobre a dificuldade de se ensinar e aprender matemática. Diante de tantas questões e preocupações, em 2009 aparece o primeiro desejo de uma especialização na área de matemática, que ficou adormecido por assumir uma gestão escolar no município de Corumbá. Mesmo assim, no contato com professores, alunos e gestores, essas questões continuaram inquietas e em 2017 resolvi participar do Processo Seletivo de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UFMS, em Campo Grande. Fiz o processo concorrendo às vagas remanescentes e, na entrevista, falei um pouco dessas inquietações, mas principalmente, do fato de não ter cursado a disciplina de História da Matemática oferecida durante a graduação e que estava ansioso de algum estudo ou pesquisa nessa área.

Ao ingressar no mestrado não imaginava como as coisas se dariam, nem tampouco que existiam Grupos de Estudos, local onde os pesquisadores se encontram para estudar juntos os textos que se tornavam base para cada Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática. Posso dizer que fiquei um pouco assustado ao chegar na sala e ver pessoas felizes pelos novos que ali estavam, a Kamila e eu. Tamanha foi a minha alegria ao saber que ali, naquele grupo, estariam estudando doutores, mestres e mestrandos, mais feliz ainda por ver a sabedoria provinda dos membros do grupo. Então, foi assim que vim participar do Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação Matemática Escolar (GEPHEME), tendo como presidente e minha orientadora a Professora Doutora Edilene Simões Costa dos Santos.

Hoje, quando enfim, estamos finalizando a nossa pesquisa de Mestrado em Educação Matemática, faço parte, junto com minha orientadora, amigos mestres e mestrando do Grupo de Pesquisa Compasso-MS, tendo como coordenadora a Professora Doutora Edilene Simões Costa dos Santos.

## Problema da pesquisa

O problema proposto para nossa pesquisa está relacionado às referências históricas gerais relativas ao ensino da Matemática Elementar em estabelecimentos de ensino de Corumbá no período de 1908 a 1977. Esse problema surgiu a partir de observações feitas em artigos encontrados em jornais na Hemeroteca (BNDigital – Biblioteca Nacional Digital), artigos científicos, teses, dissertações e documentos encontrados no Instituto Luiz de Albuquerque (ILA) e na Escola Estadual Carlos de Castro Brasil na cidade de Corumbá, hoje localizada no Estado de Mato Grosso do Sul.

No processo de delineamento do nosso objeto de pesquisa tivemos um grande período de indefinição. A intenção inicial era pesquisar a aritmética em Corumbá, Mato Grosso uno, com o objetivo de verificar qual aritmética circulou no município de Corumbá, nos anos de 1880 a 1980. Tal delimitação periódica foi prevista com a ideia de que, após a Guerra do Paraguai e com o reerguimento da Vila, Corumbá se tornou um entreposto comercial no Estado e teve uma grande movimentação portuária e de receita. Nesse período houve a instalação de várias casas comerciais, grande atividade no setor de construção e a chegada de vários imigrantes. Com tamanho crescimento na área econômica, imaginamos, inicialmente que a aritmética praticada era meramente comercial. No entanto, em nossos primeiros recortes de jornais constatamos que algumas escolas se instalaram no município, como também verificamos alguns resultados de exames de admissão para os cursos primário e secundário aplicados pelo Inspetor de Instrução Pública do Estado na cidade.

Num segundo movimento, procuramos delimitar a nossa pesquisa ao período que antecedeu a criação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (GELA)<sup>1</sup>, que se inicia no ano de 1910, onde o Presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino Correa da Costa, por meio da Resolução nº 508, de 16 de outubro de 1908, autorizou a constituição de três grupos escolares, sendo dois em Cuiabá e um em Corumbá (Oliveira, 2009). Esse período se estenderia até a implantação e funcionamento do

---

<sup>1</sup> A sigla GELA foi-nos apresentada nos registros dos documentos que compõe o acervo sobre o grupo escolar Luiz de Albuquerque nos arquivos da escola depositária “Carlos de Castro Brasil” localizada na cidade de Corumbá-MS.

Grupo Escolar em Corumbá, no ano de 1924, e seus primeiros anos de funcionamento.

No entanto, algumas questões foram levantadas, como a pouca quantidade de documentos dentro do próprio acervo do Grupo Escolar e a falta de registro dos livros que foram utilizados em cada momento histórico da vida escolar na cidade, nos fizeram moldar um novo período, na tentativa de constituir “Uma história do ensino de aritmética no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, no período de 1960 a 1980”, com o intuito de verificar a matemática a ensinar nesse período, em Corumbá, Mato Grosso, no momento histórico em que o Movimento da Matemática Moderna se expandia no Brasil.

Com as fontes que foram elucidadas na hemeroteca nacional digital, trabalhos científicos de reservatórios de teses e dissertações e acervos encontrados no GELA e no ILA em Corumbá a ideia de inferir sobre “Os aspectos históricos relacionados ao ensino da matemática elementar em estabelecimentos de ensino de Corumbá, no período de 1908 a 1977” ficou mais viável, pois, em 1908 houve no Estado um grande investimento na tentativa de implantar o mesmo modelo de ensino primário adotado em São Paulo, e que se tornou referência para vários estados brasileiros. Como também, em 1977 temos o grande momento de divisão das fronteiras do Estado de Mato Grosso e a Criação do Estado de Mato Grosso do Sul, pela lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel. Para então, constituir as referências relacionadas ao ensino da matemática elementar em vários momentos da cidade de Corumbá, enquanto parte do estado de Mato Grosso, procuramos averiguar o que nos assegurava pesquisar.

Para isso, fizemos um levantamento bibliográfico das pesquisas que traziam o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque como objeto, ou ao menos citavam-no. Até mesmo pesquisas que trabalham com outros grupos escolares, ou que falavam sobre a aritmética ensinada no grupo escolar:

Silva (2006), em sua tese de doutorado intitulada “De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)” que objetiva compreender a implantação dos primeiros grupos escolares em Mato Grosso. O olhar se desloca das reformas educacionais e da história institucional e recai sobre a história da infância, mostra que em 1909 o estado de Mato Grosso possuía 2678 alunos matriculados, um número muito baixo em relação ao número de crianças em idade

escolar. Mostra ainda a necessidade de se criar um modelo de escola que viabilizasse o acesso de mais crianças e com mais classes em um único prédio.

Trevisan (2011), ao pesquisar o “GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)” em sua dissertação de mestrado, traz um panorama nacional da situação política e cultural da nova república, o patriotismo gerado no Brasil e o novo modelo educacional proposto.

Trevisan (2011), antes de direcionar o seu estudo para o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, apresenta um estudo sobre a criação dos grupos escolares de Mato Grosso falando um pouco de suas particularidades, em um processo de modernização educacional a fim de colocar o Estado de Mato Grosso no mesmo nível dos demais estados brasileiros. Utilizando-se do método dialético investigativo o autor se fundamentou dos conceitos de cultura material, classe social e sociedade à luz de Raymond Williams (1969), Edward Palmer Thompson (1987) e Eric Hobsbawm (2010), tendo como suporte teórico para análise da cultura escolar por Jean Claud Forquim (1993) e Diana Gonçalves Vidal (2005).

Segundo Trevisan (2011), o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque foi criado por meio do Decreto Presidencial nº 669, de 05 de junho de 1924, tendo seu funcionamento iniciado sem a conclusão da obra. Dessa forma, o grupo escolar funcionou inicialmente nos turnos matutino e vespertino, no período de 1924 e 1930, em função da falta de mobiliário e de o prédio ainda não estar concluído (Trevisan, 2011). Em 1931, após a conclusão do prédio, o GELA passa atender em um único período. Uma obra de tamanha magnitude trouxe para Corumbá muitos investimentos estaduais e uma nova organização do ensino primário no município. No entanto, segundo Trevisan (2011), o material didático utilizado no GELA se resumia a giz, quadro negro e ao livro didático, este último deveria ser comprado pelo aluno. Com todas essas restrições na questão do material pedagógico impossibilitavam a implantação das inovações educacionais propostas. Como a sua pesquisa não era sobre o GELA, após descrever algumas situações encontradas Trevisan (2011) procura verificar as características do grupo escolar Mendes Gonçalves.

Para Gonçalves (2009), em sua pesquisa “Os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)”, na sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da

Universidade Católica Dom Bosco, com o objetivo de investigar o processo de criação e organização dos grupos escolares no estado relata a situação política e as reformas educacionais implementadas em Mato Grosso para o ensino primário no período escolhido para sua pesquisa.

Gonçalves (2009), discorre sobre a política de criação dos Grupos Escolares de Mato Grosso, citando a carta do Presidente do Estado, D. Aquino Correa, no ano de 1918, cita a necessidade da retomada das obras do Grupo Escolar de Corumbá, e em 1925 traz um quadro com o número de alunos matriculados nos Grupos Escolares do Estado, onde também lista o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, situado em Corumbá. Na sua pesquisa, Gonçalves (2009), relata a precariedade dos prédios rurais e professores não habilitados. Traz um histórico do período pós-guerra do Paraguai, com o fortalecimento do comércio através do Porto de Corumbá, como também o período de instabilidade ocorrido entre os anos de 1922 a 1924, onde a região sul de Mato Grosso sofreu grande declínio econômico (Gonçalves, 2009, p. 105).

Partindo para um objetivo mais específico que o estudo de “A aritmética para as escolas primárias de Mato Grosso (1910-1946): uma análise dos documentos oficiais”, que entra na linha de pesquisa em aritmética, Patrocínio (2016), em pesquisa realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso no Programa de Pós-Graduação em Educação, investiga a partir de documentos oficiais, encontrados em repositório virtual, a circulação e apropriação dos saberes aritméticos provindos das normativas de ensino no estado de Mato Grosso. Utiliza-se dos conceitos de disciplinas escolares (CHERVEL, 1990), representação e apropriação (CHARTIER, 1989), documento e monumento (LE GOFF, 2003) para uma análise histórico-comparativa da disciplina de aritmética nos Grupos Escolares de Mato Grosso.

Em seu texto, Patrocínio (2016), traça uma história de Mato Grosso mediante a questão política e representativa do estado, com fins de mostrar a necessidade da implantação de um sistema de ensino que viesse colocar o estado no mesmo nível dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que se tornaram referência pelos investimentos aplicados na construção de escolas e implementação do sistema de Grupos Escolares. Discorre, também, sobre o pouco investimento para o ensino, ocasionando a necessidade de uma tentativa de sanar o analfabetismo com o sistema de escolas reunidas e, mais tarde, as escolas de 1º e 2º graus. Patrocínio traz um estudo sobre a formação dos grupos escolares e o ensino intuitivo, escola nova e

matemática moderna, fazendo uma análise de cada um deles conforme as bases teóricas de sua pesquisa e mostrando o quanto foi lenta a implantação e expansão do ensino no estado de Mato Grosso.

Para Brito (2001), em sua tese “Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)”, ao analisar as transformações ocorridas no ensino no estado de Mato Grosso no período de 1930 a 1954 mostra a dificuldade em se consolidar um sistema de ensino a nível estatal, a fragilidade no controle e fiscalização e o pouco investimento em educação, a predominância de escolas isoladas na zona rural, um grande número de professores leigos e ainda um grande número analfabetismo em crianças em idade escolar.

A partir dos trabalhos referenciados percebemos que o ensino primário no estado de Mato Grosso passou por várias transformações na tentativa de sanar as dificuldades encontradas principalmente na criação de escolas e aumento da oferta de vagas para crianças em idade escolar, temos ainda a busca por um modelo escolar que pudesse ir ao encontro das necessidades da sociedade da época, na transição de um ensino escolar doméstico para um ensino que se instalasse num prédio escolar com várias salas que comportassem as várias séries do ensino primário. Com esses modelos escolares das várias épocas presentes em nosso trabalho pretendemos investigar a matemática a ensinar presentes nesses momentos do ensino e quais eram os referenciais utilizados para o ensino da matemática elementar.

A questão que sustenta a nossa pesquisa é de tentar inferir “quais foram as principais fontes de referência para o ensino da matemática elementar em instituições escolares de Corumbá, Mato Grosso, no período de 1908 a 1977”.

Temos assim uma árdua tarefa de, ao olhar para os documentos encontrados, verificar a matemática a ensinar que nos auxiliem a responder à questão norteadora de nosso trabalho a partir dos objetivos que procuramos traçar.

## Objetivos

### Objetivo Geral:

Analisar as referências históricas gerais relativas ao ensino de matemática elementar em estabelecimentos de ensino de Corumbá, Mato Grosso.

## Objetivos específicos

Analisar as referências históricas gerais relativas ao ensino da matemática elementar em fontes diversas da Hemeroteca;

Analisar as referências históricas gerais relativas ao ensino da matemática elementar para concursos;

Analisar as referências históricas em trabalhos científicos relativas ao ensino elementar no estado de Mato Grosso;

Analisar as referências históricas e os livros didáticos que foram indicados para uso no grupo escolar em Corumbá para o ensino da matemática elementar.

## Estrutura desta pesquisa

Com o intuito de apresentar ao leitor a nossa pesquisa procuramos sintetizar o que encontrar em cada capítulo:

No capítulo 1, estão os aportes teórico-metodológicos da história cultural, os termos e autores que irão nos ajudar a analisar as nossas fontes, além do ofício do historiador que deve ser cuidadoso para a captura, triagem e análise de cada vestígio encontrado para constituir a nossa pesquisa.

No capítulo 2, trazemos os aspectos históricos de Mato Grosso Uno. Uma breve história do estado de Mato Grosso com sua participação na história do país, evidenciando a cidade de Corumbá, sua economia, política e principal relação com a capital do estado, Cuiabá, a fim de trazer um panorama que precisávamos para discutir os investimentos que chegaram até a cidade que faz porto com o rio Paraguai e fronteira com a Bolívia.

No capítulo 3, procuramos analisar a matemática elementar para concursos do período de 1908 a 1920, as aulas preparatórias para concursos do Arsenal de Marinha, Guarda da Alfândega e Empresas de Telégrafos, como também a análise do anseio vivido pela proposta da instalação de um novo modelo de instrução pública e a chegada do Grupo Escolar na cidade de Corumbá.

No capítulo 4, apresenta trabalhos científicos que nos ajudam a responder ao objetivo específico de nossa pesquisa que procura analisar as referências históricas em estabelecimentos de ensino primário no Mato Grosso a partir de trabalhos

científicos, o que auxilia a inferir nas transformações ocorridas no ensino primário em Mato Grosso no período de 1910 a 1977.

No capítulo 5, procuramos analisar o ensino da matemática elementar a partir de trabalhos científicos e fontes extraídas de documentos encontrados no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, e procuramos fazer uma análise da Obra “Vamos Estudar”, de Theobaldo Miranda dos Santos com a finalidade de verificar a matemática a ensinar nesse período, na cidade de Corumbá.

Nas considerações finais, procuramos trazer tudo o que achamos relevante no processo de verificação dos aspectos históricos do ensino da matemática elementar em estabelecimentos de ensino em Corumbá, como também de como a matemática a ensinar estava diretamente ligada à legislação vigente em cada época de nossa análise.

## Capítulo 1: Aportes teórico-metodológicos

De onde você está falando? Durante o curso do mestrado em Educação Matemática era comum escutarmos essa pergunta que, nada mais era que uma forma de situarmos o leitor das nossas bases teóricas e metodológicas para a pesquisa que nos proporíamos fazer.

Assim como para nós que iniciávamos, para aqueles que irão se abrenhar pela primeira vez na leitura de um texto em História da Educação Matemática, que pretende trazer uma história do ensino de matemática em uma determinada época, temos a intenção de auxiliar o leitor do aporte teórico-metodológico que nos fortaleceu na constituição de fontes a fim de produzir o texto que aqui se segue.

Queremos aqui, num primeiro momento mostrar os autores que nos possibilitaram as bases teóricas de nossa pesquisa e, em seguida, traremos os procedimentos adotados para que a nossa pesquisa pudesse ser constituída.

A pesquisa sobre os aspectos históricos do ensino da matemática elementar em Corumbá, no Mato Grosso Uno, pretende analisar como a aritmética para concursos públicos nos anos de 1908 e 1909, a aritmética ensinada no início do século, até a instalação dos grupos escolares no estado, as transformações ocorridos no ensino da matemática e a implantação do ensino de primeiro grau, e quais materiais eram utilizados para a auxiliar a aprendizagem dos alunos na escola. Assim, fomos buscar em História Cultural as bases para nossa pesquisa a partir dos seguintes autores: André Chervel (1990), Le Goff (1990), Rita Hofstetter & Wagner Rodrigues Valente (2017) e Marc Bloch (2002).

De acordo com Chervel (1990), em História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa, publicada na Revista Teoria & Educação, a disciplina escolar é vista como um

Vasto conjunto cultural amplamente original que ela secretou ao longo de decênios ou séculos e que funciona como uma mediação posta a serviço da juventude escolar em lenta progressão em direção à cultura da sociedade global.

(CHERVEL, 1990, p. 200)

Para Chervel (1990, p.180), esse vasto conjunto cultural, que são as disciplinas escolares, estão organizadas em conteúdos, esses são frutos de um processo de sistematização de uma cultura escolar independente da realidade exterior

à escola, com a finalidade de preparar o aluno de acordo com a necessidade da sociedade da época.

No entanto, quais são as finalidades das disciplinas escolares? Para Chervel (1990, p. 188) as disciplinas escolares, no centro desse dispositivo que compete à escola sua função educativa, tem como finalidade colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa.

Para completar o núcleo da disciplina escolar precisamos ter a noção de como esse conteúdo alcançará os alunos, ou de que forma esse conteúdo será ensinado, o que em cada época ou período, poderá ser feito de formas diferentes. Essas formas ou maneiras de como o conteúdo escolar é levado até o aluno é chamado por Chervel (1990) de método. Para auxiliar-nos no entendimento, Chervel (1990) mostra que durante muito tempo o ensino tradicional tem sido utilizado como método eficaz para a aprendizagem dos alunos, o qual tem como seu ponto forte a exposição pelo professor e a repetição ou memorização feita pelo aluno. E, como crítica a esse método, surgiram outros métodos que foram postos na prática do ensino, de forma a alcançar o objetivo que é a aprendizagem do aluno.

Dessa forma, de acordo com Chervel (1990), podemos definir que a disciplina escolar possui três constituintes em seu núcleo que denominamos: conteúdo, método e finalidades. Para que a disciplina alcance êxito é necessário que todas essas partes funcionem.

Assim, com a ideia de analisar a matemática elementar como disciplina escolar, e, sabendo que as finalidades de uma disciplina escolar são ditadas pela sociedade que define os conteúdos que serão estudados, bem como o método a ser aplicado no seu processo de ensino, temos como verificar que em cada época e local haverá a necessidade de se ensinar uma matemática que vá ao encontro da ideologia de escola e de sociedade no qual a disciplina será ministrada.

“A história cultural da educação desembocou – como uma das vias ou deriva das diversas aproximações da escola, ensaiadas ao longo das últimas décadas – na atenção aos objetos, às imagens, aos textos e às vozes, que são expoentes da realidade da vida cotidiana das instituições. Esses testemunhos das coisas e das pessoas compõem, precisamente, o patrimônio material e imaterial que o passado da escola nos legou.” (Escolano Benito, 2017).

Para entendermos o funcionamento do seu mecanismo e sabermos se a disciplina escolar funcionou na aprendizagem do aluno é preciso mais do que

conhecer os componentes de uma disciplina escolar. A cultura escolar produzida na escola é fruto da cultura da sociedade da época e dos ideais propostos para a escola. O aluno não aprende apenas o conteúdo escolar, mas a cultura e os costumes de sua época.

A nossa pesquisa se dará a partir de fontes que iremos analisar para assim constituirmos uma história da Matemática Elementar no cenário Corumbaense. Essas fontes estão em vários locais como Instituto Luiz de Albuquerque, escola depositária “Carlos de Castro Brasil”, Biblioteca Municipal, enquanto outras serão investigadas a partir do Portal Nacional de acervos de periódicos na Hemeroteca Nacional Digital, como também entrevistas de ex-alunos, quando deverão ser coletadas para possível análise até que essas memórias se tornem documentos que constituirão a história que temos a intenção de constituir. Assim, conforme Chateaubriand (1831, apud Le Goff, 1990, p. 539), “Os antigos conceberam a história de modo diferente do nosso... libertos daquelas imensas leituras sob as quais tanto a imaginação como a memória são esmagadas, tinham poucos documentos para consultar...”.

Mas, como entender os documentos? O que realmente podemos considerar como documentos? Dessa forma, recorreremos a Le Goff, na publicação de História e memória, no capítulo Documento/Monumento que traz

Os fundadores da revista “Annales d'histoire économique et sociale” (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem.

(LE GOFF, 1990, p. 540-541)

Assim, conforme Samaran (1961, apud Le Goff, 1990, p. 541), os documentos, no sentido mais amplo, podem ser escritos, ilustrações, transmissões sonoras, imagens e outros. Definindo um campo de pesquisa bem amplo para o historiador. Dessa forma,

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser

manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

(LE GOFF, 1990, p. 548)

Para Le Goff, ao estudar um documento/monumento precisamos ver como ele foi produzido, que tipo de sociedade, situações econômica, social, política, cultural, etc, a fim de que ele possa ser um testemunho histórico. Para se tornar um testemunho histórico, algo que dura por tempos é necessário desmontar o documento, desestruturá-lo, com a finalidade de perceber a sua autenticidade e em quais situações ele foi constituído. A partir desse conceito podemos analisar as fontes que nos foram apresentadas e inferir sobre as condições históricas pelas quais o documento foi escrito.

A fim de analisar as matemáticas<sup>2</sup> presentes em nosso trabalho, utilizaremos como base o texto “A matemática a ensinar e a matemática para ensinar: os saberes para a formação do educador matemático” da obra Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores de Hofstetter e Valente (2017).

Como o nosso intuito é verificar a matemática a ensinar, a matemática elementar possivelmente ensinada em Corumbá, sem nos determos na formação acadêmica recebida pelos professores que ensinavam no ensino primário, vamos nos utilizar aqui da síntese apresentada pelo próprio Valente (2019), em resposta eletrônica à Siqueira Filho (2019), apresentada no XVII Seminário Temático em Aracaju/SE, em 2019:

Saberes para ensinar: saberes presentes no currículo de formação de professores num dado tempo histórico.

Saberes a ensinar: saberes presentes no ensino, como objeto de trabalho dos professores.

Matemática a ensinar: disciplina ou matéria elaborada historicamente para o ensino.

Matemática para ensinar: matemática presente no curso de formação de professores num dado tempo sob diferentes formas e rubricas matemática, aritmética, didática da matemática, etc.

(VALENTE, 2019)

---

<sup>2</sup> Não estou considerando “as matemáticas” para representar a matemática na formação acadêmica e a matemática escolar, mas sim as matemáticas que aparecem nas fases de nossa pesquisa como a matemática elementar para concurso, a matemática elementar do ensino primário de Mato Grosso, a matemática elementar em escolas noturnas, dentre outras.

Segundo Valente (2017), podemos incluir o professor do curso primário na categoria do professor que ensina matemática, dessa forma não o consideramos como matemático, com formação acadêmica em matemática, ou professor da licenciatura que obteve uma formação específica para o ensino da matemática escolar. No entanto, o professor do curso primário possui saberes para ensinar várias disciplinas e, que um desses saberes o torna o professor que ensina matemática. Assim, tem-se a pergunta: qual matemática esse professor que ensina matemática vai ensinar a seus alunos do curso primário?

Para Valente (2017), o professor que ensinava matemática no curso primário no final do século XIX precisava dominar não só os algoritmos das operações fundamentais da aritmética, mas também conhecimentos da geometria euclidiana. Podemos acrescentar que o professor precisava dominar os métodos necessário para o ensino de acordo com os movimentos pedagógicos em cada período, conforme as transformações ocorridas nas formas de ensinar durante e história.

A matemática a ensinar toma o corpo dos conteúdos a serem ensinados por esse professor durante as séries do curso primário que são apresentados em manuais, legislações, materiais do aluno, materiais do professor e relatos.

Assim, teremos como base a matemática a ensinar, segundo Hofstetter e Valente (2017), para análise da matéria presente nos manuais e obras que chegaram à sala de aula para a aprendizagem dos alunos do ensino primário no cenário Corumbaense, bem como a matemática elementar para concursos públicos que ocorreram período inicial de nossa pesquisa.

Ao historiador cabe todo o cuidado em observar a história, comparar o presente com o passado e, através dos vestígios encontrados interrogar os testemunhos a fim de recriar a história através dos fatos. O papel do historiador não é simples, tal como compara Bloch (2002), é como um investigador que vai analisar a cena de um crime sem ver como aconteceu. É ser capaz de olhar para os documentos, depois da grande tarefa de reuni-los e ser capaz de interpretá-los.

Mas, para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma ideia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir. Não, decerto, que se trate – tendo imobilizado, de uma vez por todas, essa imagem – de impô-la, tal qual, a cada etapa do passado sucessivamente encontrado, da montante à jusante. Aqui como em todo lugar, essa é uma mudança que o historiador quer captar. Mas,

no filme por ele considerado, apenas a última película está intacta. Para reconstruir os vestígios quebrados das outras, tem obrigação de, antes, desenrolar a bobina no sentido inverso das sequências.  
(Bloch, 2002, p.49)

Dessa forma, apoiamo-nos no Método Crítico a partir das ideias de Bloch (2002) para constituir uma história da matemática elementar, presente e possivelmente ensinada em Corumbá, Mato Grosso, a partir do que nos foi apresentado pelos testemunhos escritos e falados, que tivemos a oportunidade de analisar.

### 1.1 Procedimentos Metodológicos

O ofício do historiador, como nos descreve Bloch (2002), é um trabalho investigativo de muita paciência e cuidado. Ao debruçarmo-nos na pesquisa são várias as etapas que precisamos cumprir para que todo o trabalho da pesquisa ganhe autenticidade e credibilidade.

Para que tudo isso fosse feito de forma organizada, aproveitamo-nos das instruções que foram repassadas nas reuniões de orientações com a professora Dra. Edilene Simões Costa dos Santos, nas salas do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – PPGEduMat e na sala do Instituto de Matemática – INMA da UFMS. Também tivemos a oportunidade de participar de uma oficina ministrada pelo professor Dr. Luiz Pais, na sala multiuso do INMA, para procedimentos de pesquisa no Portal da Hemeroteca, Biblioteca Nacional Digital do Brasil - BNDigital. Toda essa parte instrutiva nos possibilitou um olhar mais criterioso para todo material que nos foi apresentado.

Conforme Bloch (2002), quem pesquisa em história, é um observador, que vai contar de forma indireta, através dos documentos que serão questionados, uma história de um fato já ocorrido. Nosso papel, é mostrar quais foram os procedimentos, ou caminhos, percorridos pela nossa pesquisa, até constituir um texto que analisa os Aspectos Históricos do Ensino da Matemática Elementar nos Estabelecimentos de Ensino de Corumbá, no período de 1908 a 1977.

Nesse processo de constituição das fontes, a primeira tarefa foi constituir um problema de pesquisa a ser analisado. E a partir daí, verificamos, em documentos e

pesquisas encontrados em bancos de pesquisas e ou repositórios, quais eram os elementos que corroborariam para instaurarmos um ponto de partida para o que iríamos compor. Essa parte de nossa pesquisa, segundo Bloch (2002), é caracterizada como a busca pelos testemunhos, onde iremos interrogá-los, a fim de que nos mostre qual caminho traçar.

Quando iniciamos a coleta de dados, fomos primeiramente ao antigo prédio do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, hoje Instituto Luiz de Albuquerque – ILA, situado na Praça da República, centro de Corumbá, onde tivemos a oportunidade de conhecer o acervo que compõe a biblioteca do ILA, no qual atendem dois funcionários, dentre eles um historiador, que nos auxiliou no processo de captação dos documentos referentes ao GELA.

Durante algumas semanas tivemos a oportunidade de verificar trabalhos de conclusão de cursos que falavam sobre a economia de Corumbá e sobre o GELA, descrevendo toda a arquitetura do prédio. Ali também encontramos livros sobre a história de Mato Grosso, uma mini-coletânea de legislação escolar produzida pelo Grupo Alec, o Batáru produzido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso contendo as alterações na lei de educação a partir da LDB 5692/1971 onde lista os conteúdos curriculares obrigatórios a serem ensinados nas escolas do estado. Além de vários outros livros que traziam conteúdos não relacionados à nossa pesquisa.

Nessas visitas que fizemos ao ILA, foi-nos possível conhecer o Álbum Gráfico de Corumbá, onde traz presentes vários fatos históricos do município corumbaense com fotos que ajudam a perceber o momento histórico, político e econômico da época. Como parte componente da reimpressão do Álbum Gráfico em 2011, foram produzidos dois arquivos fotográficos em mídia de CD, o que nos foi possível obter uma cópia em pen-drive, as fotos apresentam personagens e momentos históricos de Corumbá em vários momentos de sua história.

Num segundo momento, fomos até a Escola Estadual “Carlos de Castro Brasil”, considerada, em nossa pesquisa, como escola depositária dos documentos do antigo GELA. Procuramos conhecer os diretores da escola para ver com eles como deveríamos proceder para conseguirmos autorização para pesquisar os documentos do grupo escolar que lá estavam guardados.

Enquanto tentávamos a autorização para conhecer os documentos presentes na escola depositária, procuramos fazer um levantamento nos bancos de teses e

dissertações das pesquisas realizadas sobre o GELA, ou com o tema aritmética e grupos escolares, com a intenção de verificar até que ponto o nosso objeto de pesquisa era inédito, e como eram realizadas as pesquisas em história da educação matemática ou sobre o GELA.

No portal da Hemeroteca BNDigital Brasil, fizemos um levantamento de jornais e periódicos que circularam em MT desde a década de 1880 até a década de 1940, com fins de verificar escolas que funcionavam em Corumbá, sistemas de ensino e avaliação, regulamento de instrução de ensino primário, além de notícias que auxiliassem a conhecer o cotidiano do estado de MT e da cidade de Corumbá. Os principais periódicos investigados foram “O Iniciador”, “A Situação”, “O Republicano”, “Collecção das Leis Provinciaes de Mato Grosso” e “Correio do Estado”.

Em fevereiro de 2018, já com autorização para iniciar a nossa pesquisa no acervo documental do GELA, fizemos uma triagem do material que poderia ser útil para esta. Nesse mesmo período, fizemos uma nova visita ao ILA para verificar se existia mais algum documento que poderia nos ser útil, assim como, conhecer as instalações onde funcionou o GELA dos anos de 1924 a 1980.

A documentação de toda a pesquisa era feita através do escâner em aplicativo de celular, com pouca resolução, para posterior análise. Entre as etapas de coleta de dados foi-nos possível conseguir um escâner de mão, com maior resolução e maior definição de tudo aquilo que registrávamos. No entanto, ambos os meios de captação de fontes tiveram problemas com algumas imagens que embaçaram sem poder distinguir o que estava escrito, como páginas que foram capturadas apenas algumas linhas por mal funcionamento do escâner de mão.

Até então vimos que boa parte da tarefa de historiador deveria ser refeita para termos a possibilidade de analisar os documentos aos quais tivemos acessos nos nossos locais de pesquisa. Para isso, nos utilizamos de uma câmera fotográfica DSRL, com técnicas avançadas de captura de imagens que nos auxiliaram bastante nas próximas atividades.

Ao iniciarmos a verificação dos documentos escaneados do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque procuramos conhecer a rotina descrita no livro de visitas da escola, também procuramos conhecer o livro de registro de ocorrências para verificar se ali era descrito algo que nos auxiliasse entender a rotina dela. Tivemos acesso ainda, às atas de matrículas, resultados, reuniões da associação de pais e mestres. No livro de portarias da escola, tivemos acesso ao quadro de professores por turma e

algumas informações sobre os procedimentos de avaliação final, férias de professores e matrículas de alunos de parte do período de funcionamento do GELA. Em um dos processos que encontramos no meio dos documentos, pudemos notar, pela primeira vez, vestígios da utilização do livro “A Nova Matemática” de Arnaldo Niskier e Beatriz Helena Magno, através de uma nota fiscal de livros recebidos pela escola pelo PLIDEF – Plano do Livro Didático do Ensino Fundamental.

Para acompanhar a parte histórica do GELA, nos auxiliamos da pesquisa de Trevisan (2011), que faz um panorama das pesquisas realizadas onde o Grupo Escolar torna-se o objeto principal dos trabalhos realizados e fomos delineando o caminho de implantação dos Grupos Escolares no sul do Mato Grosso Uno.

Para isso, fez-se necessário uma breve história de como a educação no Brasil se transformou nos moldes que o então governo denominou de Grupo Escolar. O que representava esse novo modelo educacional e quais eram as principais características é o que procuramos identificar nos parágrafos seguintes a fim de auxiliarmos-nos em nossa pesquisa.

A partir dos trabalhos de Patrocínio (2016) e Almeida (2017) pudemos observar a história do ensino de Mato Grosso a partir dos documentos oficiais e documentos encontrados em escolas do norte do estado, o que nos possibilitou discorrer sobre o ensino no estado para entendermos o modelo de ensino adotado pelos governos do mesmo, nas décadas que vão desde a instalação dos grupos escolares, escolas reunidas e a implantação do sistema de ensino de 1º e 2º graus, a partir da LDB nº 5692/1971.

Com todos os materiais que nos foram dispostos procuramos interrogar os testemunhos com a finalidade de constituir uma história de a aritmética ensinada no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque no período de 1960 a 1980, analisando todos os documentos e testemunhos de alunos que nos foram possibilitados através de vestígios que nos auxiliassem nessa árdua tarefa de entender como a matemática moderna chegou ao estado e ao GELA e como isso influenciou os materiais, práticas de professores e a aprendizagem dos alunos ali matriculados.

No próximo capítulo procuramos delinear aspectos históricos de Mato Grosso Uno com a intenção situar sobre o momento histórico e cultural do período de nossa pesquisa.

## Capítulo 2: Aspectos Históricos de Mato Grosso Uno

Segundo Ayala & Simon (2006), depois da Guerra do Paraguai, a Vila de Corumbá-MT, retomada em 13 de junho de 1867, precisava ser reconstruída. Pensando-se na exploração da atividade portuária que era uma vocação do município fundado às margens navegáveis do rio Paraguai, várias medidas foram tomadas, como a construção de uma nova Alfândega e do Arsenal de Marinha do Ladário, e isentou-se impostos para estimular a economia e a criação de novas casas comerciais no Porto Geral da cidade que começava um fluxo mais intenso. A Mesa de Rendas<sup>3</sup> que teve seu funcionamento interrompido em 1865, voltou a funcionar. Em 1878 a vila se transformou em cidade e começou a crescer, tendo um prestígio internacional até meados de 1922, quando outros meios de transporte começaram a ser utilizados.

Figura 1: Mesa de Rendas



Fonte: Álbum Gráfico

Com a chegada de vários estrangeiros a Vila progrediu muito e, segundo Leite (1978), várias firmas de transporte fluvial procuraram suprir à demanda dos meios de

---

<sup>3</sup> As Mesas de Renda foram instituídas pelo decreto A, de 30 de maio de 1836, no contexto das sucessivas reformas e organização do sistema tributário do Império na década de 1830. Elas funcionavam como unidades alfandegárias menores, que substituíam as alfândegas em portos de pouco movimento. (GABLER, 2016) (Memória da Administração Pública Brasileira)

transportes por parte de exportadores e importadores, já que o volume de negócios era grande e a instalação de casas comerciais também apresentava uma quantidade cada vez maior.

Esse aumento significativo no fluxo comercial e portuário se deve dada a importância que Corumbá tinha como elo com o interior do Brasil, principalmente Cuiabá, também por estrangeiros vindos de Portugal, Itália, Espanha, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e outros, fixarem residência na cidade.

Figura 2: Porto de Corumbá - Embarcações



Fonte: Álbum Gráfico

Com a rotina da cidade alterada pelo grande fluxo comercial, entre as importações e exportações, o fluxo migratório acarretado à Corumbá forçou a construção e constituição de sociedades beneficentes<sup>4</sup> que tinham a função de auxiliar na organização da vida do povo que ali fixava residência.

De acordo com Queiroz (2008), temos que as casas comerciais exerciam tamanho monopólio que financiavam novas atividades econômicas no Mato Grosso, assumindo assim o papel de banco. Esses investimentos chegaram à extração de borracha e pecuária.

Dois fatores ameaçaram essa influência das Casas Comerciais em Mato Grosso, o capital estrangeiro e a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1914), que passa a ligar o sul de Mato Grosso a Bauru (SP). Dessa forma, muitos

---

<sup>4</sup> Sociedade Beneficência do Hospital de Caridade da Santa Casa, Associação Comercial Corumbaense, Sociedade Beneficência Portuguesa, e outras.

produtos que eram produzidos e comercializados em Corumbá passaram a ser enviados ainda como produto bruto para o estado de São Paulo através da ferrovia.

Podemos inferir que Corumbá finalizou o século XIX e iniciou o século XX fortalecida pela sua economia e com grande fama pela força política e econômica que exercia no Estado de Mato Grosso juntamente com Cuiabá, mantendo sólidos laços políticos, sociais e comerciais.

Se uma iluminava a glória de ser o centro político-administrativo da Província, depois Estado, dele irradiando a força do mando e a faculdade constitucional de sanção das leis, à outra sorriam prerrogativas diferentes, quais fossem o poderio econômico e o fausto da riqueza, o comércio próspero, os armazéns abarrotados de mercadorias, o porto fervilhante de embarcações e os campos abrigando numerosos rebanhos. (SOUZA, 1979, p.71)

Segundo Póvoas (1985), a cidade crescia despertando a vida social e intelectual, onde se organizavam grêmios recreativos e centros culturais. Com o desenvolvimento da imprensa, nascia em 1879 o jornal O Iniciador, fundado pela firma Serra e Guimarães e durou até 1884.

O que relata Póvoas (1985), é que o estado de Mato Grosso viveu um período de paz após a Revolução de 1906, e enfim a consolidação da República no estado a partir do governo de Generoso Ponce, que teve um breve mandato por problemas de saúde. Mas esse período pacífico se estende nos governos do Cel. Pedro Celestino e do Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, quando no governo de Caetano Manuel de Faria Albuquerque os próprios apoiadores do seu partido tiveram desavenças com ele em função do seu apoio ao partido de oposição.

Nesse período, por conta de uma intervenção federal, em 1917, a assembleia legislativa do estado passa a funcionar em Corumbá, após a renúncia do General Caetano e todos os seus substitutos, como também os deputados estaduais. A transferência momentânea da sede legislativa se dá por conta da falta de garantias e de segurança após o quase conflito armado em função das desavenças políticas entres os partidos Conservador e Republicano.

Durante o período de intervenção, que durou de janeiro de 1917 a janeiro de 1918, quem governa o estado é Camilo Soares de Moura e Crispiano da Costa Ferreira. E, conforme Póvoas (1985), termina numa proposta do presidente da república Wenceslau Braz, em conciliar um único nome para o governo do estado que

representaria os dois partidos. Dessa forma, foi escolhido Dom Francisco de Aquino Correa, bispo de Cuiabá, eleito pelo voto direto que governou de 1918 a 1922.

Ainda segundo Póvoas (1985), durante o governo de Dom Aquino, ocorreram a Grande Guerra Mundial, como um evento internacional e a participação brasileira com os aliados da Tríplice Entente, e a gripe espanhola que levou a óbito muitas vidas no país. Também, em 1919, comemorou-se o centenário de Cuiabá, inaugurando a iluminação da capital e, nesse período chegaram em Mato Grosso os primeiros automóveis.

Opondo-se à ideia de um bispo no governo do estado, os partidos Conservador e Republicano lançaram candidato próprio ao governo, ao evento chamado de Fusão, onde levaria novamente Pedro Celestino Correa da Costa ao governo de Mato Grosso. Trazendo mais um período de paz no estado que vai até a Revolução de 1930, quando se encerra o período conhecido como a Primeira República.

Em 1930, é implantado no país, a partir da revolução de 1930, a segunda república, com o Governo de Getúlio Vargas. A revolução depôs o presidente da República e todos os governantes e representantes legislativos de estados e municípios no país no período de 1930 a 1935. Durante esse período, segundo Póvoas (1985), os governos estaduais e municipais foram presididos por nomeados do governo, que, ficavam pouco tempo no poder, sem assim, poder constituir um plano que pudesse fazer inovações consideráveis durante esse período.

Em 1932, ainda segundo o autor, a partir do descontentamento com o governo que deveria ser provisório, do então presidente Getúlio Vargas, os estados de Mato Grosso e São Paulo promoveram uma revolução que reivindicava uma nova Constituição para o país e o retorno da democracia. É importante destacar que o estado de Mato Grosso teve um papel importante nessa revolução, pois, com a liderança do General Bertholdo Klinger que partiu de Mato Grosso para se juntar com as forças revolucionárias comandadas pelo General Isidoro Dias Lopes, em São Paulo, depois rumaram à capital do país, Rio de Janeiro, onde foram detidas pelas forças governamentais.

Nesse período, o estado de Mato Grosso dividiu o seu governo em duas capitais, Cuiabá ligado ao governo Getúlio Vargas e Campo Grande ligada ao governo das forças constitucionalistas. Depois da derrota, o governo de Campo Grande se desfez e o estado passou a ter uma única capital, Cuiabá.

Mesmo a revolução sendo vencida, a ideia da nova Constituição permanece, e em 1933 é eleita pelo voto direto a nova Assembleia Nacional Constituinte e, em 1934 é promulgada uma nova Constituição Federal.

Durante o “Estado Novo” o governo estadual teve como interventor o Governador Julio Müller, que apesar de todas as dificuldades enfrentadas em época de Segunda Guerra Mundial, teve notável administração, sistematizando o serviço de saúde do Estado e sintonizando a educação estadual conforme a reforma de ensino do Governo Federal. Deu notável valor à cidade de Cuiabá com a instalação de vários prédios públicos e culturais, mesmo quando se havia tentativas de mudança da sede do Governo do Estado para a cidade de Campo Grande.

Por motivo da Segunda Guerra, o estado vive o segundo ciclo da borracha com incentivo do Governo pela necessidade de subsidiar o Exército. É quando chegam ao estado milhares de migrantes nordestinos para a atividade extrativa da borracha.

Após a Segunda Guerra houve uma grande explosão populacional nos estados do sul e sudeste do país, isso causou grande aumento no custo de vida e no valor dos imóveis. Assim, a região centro-oeste recebe grande interesse nos seus latifúndios. Talvez, nessa época, a maior dificuldade era a distância e o transporte de mercadorias para o grande mercado do sudeste e sul. Assim, segundo Póvoas (1989), através da “Lei Jppert”, investe-se numa política nacional de transporte para o Brasil, elaborando um plano nacional rodoviário. Para a implantação e abertura de rodovias estaduais, várias companhias durante um grande período se prontificaram a esse difícil papel de ligar as várias cidades e a sua produção.

Nos anos de 1950 a 1970, o crescimento populacional do Estado foi muito grande, sendo que entre as décadas de 1950 a 1960 o crescimento chegou a mais de 70 por cento, enquanto cidades como São Paulo e Santa Catarina cresceram pouco mais de 30 por cento.

Da mesma forma que durante a instalação da República, o Estado de Mato Grosso, situado em ponto estratégico para as forças revolucionárias, mais uma vez teve papel fundamental na Revolução de 1964.

Nesse período, mais uma vez aparece o desejo de dividir o estado. O que, a partir de plebiscito realizado em 1977, o norte do estado vota de forma numerosa na divisão, que ocorre a partir de 11 de outubro de 1977 com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Lei Complementar nº 31 do Governo Federal. No

entanto, a sua instalação vai ocorrer apenas no dia 1º de janeiro de 1979, tendo o seu governador o Dr. Cassio Leite de Barros.

Segundo Póvoas (1985), o desejo de Corumbá e Ladário de continuarem ligadas ao norte de Mato Grosso, não foram se quer consultados, assim essas cidades acabaram pertencendo ao estado de Mato Grosso do Sul.

Com essas referências históricas que mostram a importância de Corumbá no cenário estadual e nacional, tendo a sua história econômica, social e cultural vista a partir do autores que trouxemos até aqui em nosso texto, vamos, no próximo capítulo discutir as referências históricas para o ensino da matemática elementar em estabelecimentos de ensino de Corumbá a partir de documentos encontrados na hemeroteca.

Capítulo 3: Referências para o ensino da Matemática Elementar em Estabelecimentos de Ensino de Corumbá MT, no período de 1908 a 1920.

Conforme a ideia de nossa pesquisa, baseada nos princípios da história cultural, com a finalidade de verificar as referências para o ensino da matemática elementar nas escolas primárias do Estado de Mato Grosso no início do século XX, procuramos fazer um levantamento sobre a ocorrência da palavra “aritmética” em jornais e periódicos que circularam em Mato Grosso das décadas de 1910 a 1919, a partir de pesquisa realizada na Biblioteca Digital Nacional, a Hemeroteca. Assim, foi nos possível encontrar 57 ocorrências da palavra “aritmética” nos periódicos que circularam no estado de Mato Grosso no período datado para nossa pesquisa, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: Pesquisa sobre Aritmética na BNDigital, período de 1910 a 1919

	Periódico	Total de páginas	Ocorrências
1	A Cruz: Órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso (MT) – 1910 a 1969	11834	33
2	O Debate: Órgão do Partido Republicano Conservador (MT) – 1911 a 1914	2720	7
3	Matto Grosso: Revista Mensal de Sciencias, Letras, Artes e Variedades (MT) – 1907 A 1915	1595	4
4	Matto-Grosso (MT) – 1890 a 1937	5239	4
5	Correio do Estado (MT) – 1909 a 1912	872	3
6	Correio do Estado (MT) – 1909 a 1912	882	2
7	Collecção das Leis Provinciaes de Mato Grosso (MT) – 1835 a 1912	16360	2
8	O Commercio (MT) – 1910 a 1911	517	1
9	Republicano (MT) – 1916 a 1950	580	1
10	O Pharol (MT) – 1902 a 1926	856	0
11	A Violeta: Orgam do Gremio Litterario “Julia Lopes” (MT) – 1918 a 1950	2487	0
12	A Reacção: orgam da Liga Mato-Grossense de Livre Pensadores (MT) – 1914	8	0
13	Tribuna (MT) – 1912 a 1949	312	0

14	A Cruz: Orgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso (MT) – 1910 a 1912	295	0
15	Opinião Publica (MT) – 1914	6	0
16	Mensagens do Governador do Mato Grosso para Assembléia (MT) – 1892 a 1930	2733	0

Esse levantamento nos propiciou verificar que em algumas circunstâncias a palavra aritmética nos remeteu a resultados das provas de admissão que eram realizadas para obtenção de certificado dos cursos primário e secundário, outros a situação econômica local. No entanto, algumas ocorrências que encontramos e propomo-nos tomar mais atenção, são as que trazem consigo alguns editais de concursos realizados nos anos de 1908 e 1909 e sobre aulas noturnas do curso secundário (Correio do Estado). Isso foi possível, porque ao verificar as ocorrências na hemeroteca não aparecem apenas as que foram elucidadas no filtro buscado por período, então tivemos acesso a outros exemplares dos periódicos pesquisados de anos anteriores a 1910.

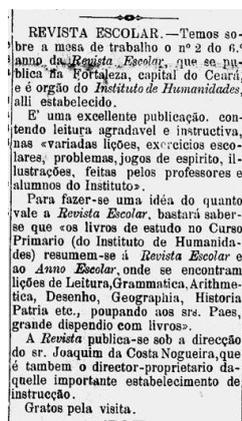
Em uma das ocorrências, no periódico Automista<sup>5</sup>, em seu exemplar de número 192, na sua primeira página, no ano de 1909, comenta sobre uma Revista Escolar (Figura 3), publicada pelo Instituto de Humanidades, em Fortaleza, capital do Ceará, sob a direção do Sr. Joaquim da Costa Nogueira, que, ao que nos faz entender, em sua visita à direção desse jornal, presenteou o diretor do mesmo com um exemplar de número 2 do ano 6 de sua edição. O qual o elogia por conter as lições de instrução de grandes obras por um valor menor. O que poderia ajudar alunos e professores com seus estudos e com uma maior economia nos gastos com livros e manuais.

---

<sup>5</sup> Automista – Periódico que circulou no início do século XX, na cidade de Corumbá, estado de Mato Grosso. Com sede de impressão na rua De Lamare, número 96.

Figura 3 – Revista Escolar – Automista – 24 de abril de 1909 - anno V, n. 192,

p.1



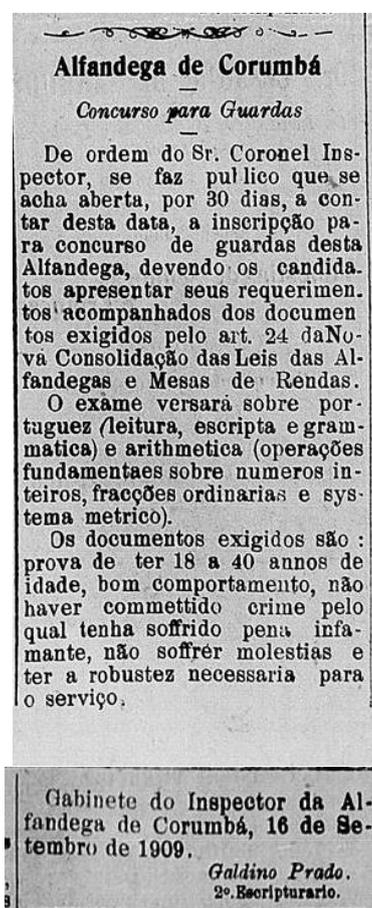
Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil - Hemeroteca Digital

Nessa nota apresentada pelo periódico Automista, percebe-se a difusão de ideias provindas de uma escola do Ceará, através de uma revista e que chega à cidade de Corumbá, no Mato Grosso, sem, no entanto, mostrar que essa revista tenha circulado nas escolas dessa cidade ou do estado de Mato Grosso. Embora, a revista, proposta como um meio de formação e, que também nesse artigo fosse vista como uma proposta de manual para o ensino, por conter lições de obras renomadas, ela só foi citada e não aparece mais comentários sobre ela durante a nossa pesquisa.

Ao prosseguirmos na análise dos artigos e notas que encontramos nos periódicos, deparamo-nos com um edital de concurso público para guarda da alfândega apresentado pelo jornal Correio do Estado, que circulou de 1909 a 1912, no estado de Mato Grosso. Nesse periódico, a nota em que é apresentado o Concurso para Guardas, na Alfândega de Corumbá, descreve a Matemática Elementar necessária para aqueles que pretendiam concorrer à vaga ao qual o edital se referia. Conforme trazia nas suas linhas o edital listava que o exame versaria sobre português (leitura, escrita e gramática) e aritmética (operações fundamentais sobre números inteiros, frações ordinárias e sistema métrico). O edital, conforme figura 2, mostra-nos a matemática elementar necessária a ser cobrada num concurso, e que estava de acordo com o Regulamento Geral de Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, segundo decreto nº 68 de 20 de junho de 1896. Nesse aspecto particular, a disciplina de aritmética, ou matemática elementar, ensinada no curso primário, conforme as notações do curso elementar e do curso complementar da época, nos trazem a seguinte questão: Será que para ser aprovado em um concurso para guardas da

Alfândega, conforme edital, o candidato deveria ter cursado o ensino primário completo, isto é, o candidato teria que cursar tanto a escola elementar quanto a complementar? Será que isso nos ajudaria a entender como finalidade do ensino de aritmética para concursos, conforme Chervel (1990), a habilidade dos cálculos da matemática elementar ensinada nos cursos primários até o ano de 1909? Outrossim, será que a sociedade admite que apenas o ensino da matemática elementar bastaria para que o sujeito se encontrasse capacitado para o incurso no mercado de trabalho no período que compreende os anos próximos a 1909?

Figura 4 – Concurso para Guardas – Alfandega de Corumbá – Correio do Estado – 2 de outubro de 1909 – edição 42 p.5



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil - Hemeroteca Digital

A partir desses questionamentos procuramos verificar quais eram as finalidades do ensino da aritmética na escola primária nos regulamentos de Instrução Primária do Estado de Mato Grosso no ano de 1896.

Onde ele apresenta a seguinte proposta para o ensino de aritmética e geometria nos cursos elementar e complementar do ensino primário:

§ 5º - Aritmética prática até divisão por dois algarismos; problemas fáceis sobre as quatro operações; noções gerais sobre numeração e valores dos algarismos; grandeza, quantidade e unidade; comparação da grandeza com a unidade; conseqüências resultantes dessa comparação; generalidades sobre os modos de dividir e subdividir a unidade; diversas espécies de fração resultantes de semelhante divisão. (curso elementar primário)

§ 2º - Aritmética prática, compreendendo: as seis operações sobre números inteiros e fracionários; exercícios mentais sobre as quatro operações fundamentais; cálculo prático e problemas concretos; aplicação e uso dos sinais algébricos; distinção entre sinais de operações e sinais de relações; divisores primos de um número; composição do maior divisor comum e do menor múltiplo comum de dois ou mais números; sistema métrico decimal; dízima finita e infinita; frações correspondentes, ordinárias e complexas; propriedades da eqüidiferença e da proporção; regra de três simples e composta; método da redução a unidade; transformações das frações.

§ 3º - Geometria prática; construção prática das figuras planas no quadro preto; medição prática das áreas e capacidades; estudo e [fl. 67v] representação gráfica dos sólidos no quadro preto. (curso complementar primário)

(Introdução Primária, Mato Grosso, 1896)

Conforme a proposta presente no Regulamento de Instrução Primária de Mato Grosso de 1896, o ensino primário tinha a finalidade de preparar o aluno para o acesso à próxima fase do ensino, isto é, o aluno era preparado para os cursos de admissão para ensino suplementar a seguir.

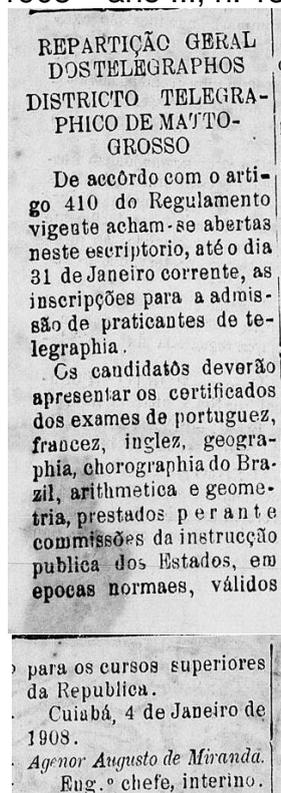
No entanto, podemos verificar que a sociedade instituiu que a Matemática Elementar que era necessária para ser aprovado em concursos públicos, nessa época, baseava-se no currículo do ensino primário, conforme mostra o edital para concurso dos Telégrafos de Mato Grosso (1908) (Figura 4), que, de acordo com o texto, o aluno que apresentasse o certificado de aprovação no exame em português, francês, inglês, geografia, chorografia<sup>6</sup> do Brasil, aritmética e geometria, válidos para os cursos superiores, isto é, concluintes do ensino primário, estariam aptos a concorrer as vagas nesse concurso.

A matemática elementar necessária para acesso, por concurso público, em cargo dos Telégrafos de Mato Grosso, seria a matemática que constava no Regulamento de Instrução Pública de Mato Grosso, para os alunos que cursavam a instrução primária.

---

<sup>6</sup> Era vista como complemento do estudo da geografia do Brasil.

Figura 5: Edital de Concurso dos Telégrafos de Mato Grosso - O Pharol – 11 de janeiro de 1908 – ano III, n. 135, p.4.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil - Hemeroteca Digital

Assim, conforme Chervel (1990), a sociedade coloca à escola as finalidades do ensino, definindo-se assim as finalidades das disciplinas escolares. Dessa forma, temos a finalidade social do ensino da Matemática Elementar nesse evento, que, conforme notamos no edital onde o aluno que concluisse o ensino primário e pudesse comprovar com o certificado, estaria apto a concorrer uma vaga para trabalhar na empresa dos telégrafos de Mato Grosso.

As notas apresentadas nesses dois periódicos nos ajudam a perceber que a finalidade do ensino da Matemática Elementar, embora constasse no Regulamento de Instrução Primária de 1896, fosse ele apenas para preparar o aluno para a próxima fase do ensino, o que nos apresenta é que o aluno concluinte do curso primário estava em condições de inserção no mercado de trabalho. O que a sociedade coloca nesse período é que bastava possuir o ensino primário para que a pessoa pudesse estar em condições de entrar no mercado de trabalho a partir dos concursos públicos que analisamos, nos Telégrafos ou como guarda de Alfândega.

Em um outro periódico, o Automista, em sua edição de 8 de fevereiro de 1908, apresenta a nova estrutura dos arsenais de Marinha do país. Nele é possível verificar

como ficaram reorganizados esses arsenais a partir do decreto de 19 de dezembro de 1907, onde fica instituído que haverá três arsenais no país, um de primeira categoria no porto do Rio de Janeiro, e dois de segunda, nos portos de Mato Grosso<sup>7</sup> e Pará.

Com essa nova organização, é apresentada a seguinte estrutura de pessoal para o arsenal de Mato Grosso, conforme a figuras 4 e 5, onde também é assegurado os concursos para mudanças de classes e categorias dos aprendizes, operários e outros cargos que descrevemos na transcrição de parte do Decreto de 1907.

Figura 6: Estrutura de pessoal para o arsenal de Marinha de Mato Grosso.

Automista – 8 de fevereiro de 1908, Anno II, n. 129 p. 1

O arsenal de Matto-Grosso terá o seguinte pessoal :

- 1 inspector official do corpo da armada, de patente não inferior a capitão de fragata;
- 2 ajudantes, officiaes do mesmo corpo, de patente não inferior a capitão-tenente;
- 1 secretario da inspectoria official da armada, reformado ou da activa;
- 1 amanuense, inferior da armada, reformado;
- 1 continuo, idem idem, idem;
- 1 director de construcções navaes;
- 1 director de machinas e electricidade;
- 1 patrão-môr;
- 1 cirurgião do corpo de Saude da Armada, si no arsenal não estiver comprehendida alguma enfermaria de marinha;
- 1 desenhista para cada directoria;
- 1 apontador;

<sup>7</sup> Em 1861 Criou-se a Capitania dos Portos, em Ladário, que foi transferida em 1907 para Corumbá. Em 1873 inicia-se a construção do Arsenal de Marinha de Ladário, hoje denominado 6º Distrito Naval de Ladário. O arsenal de Marinha de Cuiabá foi criado em 1927, e conforme fotos encontradas no Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso, em 1914 ambos os arsenais estavam em funcionamento. Fonte:

<<https://www.marinha.mil.br/com6dn/Historico>>

Figura 7: Estrutura de pessoal para o arsenal de Marinha de Mato Grosso.

Automista – 8 de fevereiro de 1908, Anno II, n. 129 p. 2

Um amanuense para cada directoria e um escrevente, que servirá junto do mestre geral;

Um porteiro do Arsenal, inferior da armada reformado.

Haverá em todos os arsenaes as officinas necessarias, constantes das tabellas annexas ao presente regulamento, com o pessoal que lhes corresponder, marcados em quadros approvados pelo Ministro da Marinha, que os poderá reduzir, conforme as necessidades do serviço.

As officinas de cada directoria terão um mestre geral e os contra-mestres que forem necessarios.

Haverá uma directoria de construcção naval; uma de machinas e electricidade; e secções das demais directorias que se tornarem necessarias.

O mestre geral de cada directoria e os contra-mestres das officinas, além das habilitações proprias dos respectivos officios, deverão ter os indispensaveis conhecimentos theoreticos.

A vaga de mestre geral em cada directoria será sempre preenchida por um dos contra-mestres, mediante concurso, observadas as condições de merecimento e antiguidade.

Haverá em cada arsenal de marinha um quadro normal de operarios, aprendizes e serventes, strictamente indispensavel á conservaçao das officinas e execuçao dos trabalhos ordinarios dos arsenaes.

Este operariado se decomporá em um quadro especial e um quadro addido, formando um total de cinco classes; o quadro especial terá duas classes: 1ª e 2ª, formadas, respectivamente, pelos optimos e bons operarios; e o quadro addido tres classes, com as denominações de 3ª, 4ª e 5ª.

Os aprendizes e serventes pertencerão ao quadro addido, constituindo estes uma só classe, e dividindo-se aquelles em duas 1ª e 2ª.

Com essa nova organização, apresentada a partir do decreto de 1907, estabelece-se que a admissão do candidato à cada referida vaga em cada categoria seria necessária uma certa condição, seja por merecimento ou concurso. Tanto para uma situação ou outra o decreto apresenta que

As vagas que se derem no quadro especial serão preenchidas na 1ª classe, por acesso dos operarios da 2ª, predominando o merecimento; e na 2ª pelos operarios da 3ª classe do quadro addido que melhor classificação obtiverem no exame profissional a que serão submetidos.

No quadro addido as vagas serão preenchidas por acceso gradual, tendo se em vista a habilitação, comportamento e assiduidade e dos operarios da classe immediatamente inferior até aprendizes de 2ª classe.

Para o operario do quadro addido, de 3ª classe, passar á 2ª do quadro especial, são ainda condições:

1º Saber, pelo menos, ler, escrever e contar, e ter noções de desenho geometrico e metrologia;

2º Ter nunca menos de 21 annos de idade;

3º Ter a robustez propria para o serviço a que se destinar.

São condições para a admissão como aprendiz de 2ª classe:

1º Saber ler, escrever e contar;

2º Ter no mínimo 14 annos de idade;

3º Apresentar robustez necessaria para o officio a que se destinar.

Verificando-se, nos casos dos dois artigos anteriores, a existência de candidatos em igualdade de condições, serão preferidos:

1º Os nacionais, e, entre estes, os que forem filhos de operarios do arsenal, já fallecidos;

2º Os que tiverem mãe viúva ou pai invalido;

3º Os orphãos, entre os menos, e os casados, entre os de maior idade.

Poderão ser admitidos nos arsenais aprendizes gratuitos, que passarão á 2ª classe do quadro addido, havendo vaga, logo que se mostrem habilitados mediante exame e proposta da directoria competente.

A promoção entre os aprendizes, no caso de vagas, será feita pela seguinte fórmula:

1º Com assiduidade, aproveitamento e bom comportamento durante um anno, como aprendiz; sem vencimentos, passarão, depois do exame, á 2ª classe do quadro addido;

2º Com assiduidade, aproveitamento e bom comportamento, durante um anno na 2ª classe, passarão á 1ª, sob proposta da directoria competente;

3º Com assiduidade, aproveitamento e bom comportamento, durante dous annos na 1ª classe, poderão ser classificados, havendo vaga, como operario addido de 5ª classe, também sob proposta da respectiva directoria.

O aprendiz de 1ª classe, que attingir a idade de 21 annos e não for julgado apto para ser classificado como operario addido, será eliminado pelo inspector, mediante proposta da directoria competente; e bem assim o aprendiz de 2ª classe que attingir a idade de 18 annos sem revelar aproveitamento para ser promovido á 1ª classe.

Serão também eliminados os aprendizes gratuitos que, no fim de tres annos, não estiverem no caso de passar á 2ª classe.

Para serventes serão unicamente admitidos os que tiverem a necessaria robustez physica e idade nunca menor de 21 annos, nem nunca maior de 42, tendo preferencia os nacionaes, o que souberem ler e escrever, e as praças que tiverem concluído seu tempo legal de serviço na armada, com boas notas em seus assentamentos.

O operario ou servente do quadro normal que tiver mais de 7500 dias de trabalho (descontado o tempo de aprendizagem sem vencimento, de licença, de castigo e as faltas de comparecimento não justificadas) e que, por avançada idade ou moléstia adquirida nos trabalhos do arsenal, ficar impossibilitado de continuar no serviço, terá direito a uma pensão igual ao jornal de sua classe.

Enquanto o operario não receber o respectivo titulo de pensão, ser-lhe-ha abonado um jornal proporcional ao seu tempo de serviço.

Para os mergulhadores, o prazo de que trata o artigo precedente, será de 4000 dias de trabalho, contados do mesmo modo.

O operario ou servente, do quadro normal que tiver mais de 9000 dias de trabalho contados pelo modo indicado no art. 62, e achar-se em condições de não poder continuar a prestar o serviço correspondente á sua classe, será, por proposta da directoria competente ao inspector do arsenal, dispensado do serviço com direito ao jornal da classe immediatamente superior.

Justificam as faltas do operario, aprendiz ou servente, com direito ao respectivo jornal:

1º Molestia adquirida no serviço do Estado, comprovada com attestado do medico do arsenal, até 30 dias.

2º Lesões ou ferimentos contrahidos em serviço do arsenal.

O operario ou servente do quadro normal, que contar qualquer tempo de serviço e, em acto de trabalho do arsenal, soffrer desastre por motivo alheio á sua vontade, devidamente justificado, do qual resulte lesão qu o inhabilite de exercer o officio terá direito a uma pensão diaria igual ao jornal de sua classe.

Para o abono das pensões, contribuirá mensalmente cada operario e servente com um dia do respectivo jornal.

As pensões serão concedidas pelo Ministro da Marinha, depois de inspecção feita pela junta de saúde, precedendo sempre proposta e informação do inspector do arsenal sobre a petição do operario ou servente.

Os operarios, aprendizes ou serventes contundidos ou feridos em acto de serviço do arsenal, poderão ser tratados nos hospitaes e enfermarias do Estado percebendo metade do jornal e ficando a outra metade para indemnização.

O que, porém, preferir tratar-se em sua casa ou enfermaria particular, perceberá o jornal por inteiro até 90 dias, devendo para isso atestar o medico do arsenal, que declarará o tempo preciso para o seu restabelecimento. Depois dos 90 dias perceberá apenas a metade do jornal, até seis mezes.

Os lugares de amanuense da secretaria do arsenal e das directorias das officinas providos por concurso, preferindo-se, em igualdade de condições, os escreventes das officinas, e o que servirem ou tiverem servido na armada ou em alguma das repartições da marinha.

Os escreventes das officinas só poderão ser nomeados por concurso em que provem:

- 1º Boa letra e conhecimentos da grammatica nacional.
- 2º Conhecimento da arithmetica até proporções.
- 3º Noções de desenho geometrico.

Para inscripção no concurso os candidatos deverão apresentar documentos, provando:

- 1º, ser cidadão brasileiro;
- 2º, ter bom procedimento moral e civil;
- 3º, ter pelo menos 18 annos de idade.

Ficam dispensados das provas do concurso somente os indivíduos que occuparem em outras repartições empregos de igual categoria para que tenham sido nomeados em virtude de aprovação obtida em concurso.

Para amanuenses da inspecção e directorias, além das provas exigidas, se exigirá em concurso:

- 1º Noções geraes das línguas francezas e inglezas e de geographia e historia do Brazil.
- 2º Redacção e estylo official na língua vernácula.
- 3º Escripturação mercantil applicada á contabilidade dos serviços relativos á marinha.
- 4º Pratica do serviço geral da repartição durante um anno pelo menos.
- 5º Conhecimento dos systema de pesos e medidas, reducções de moedas, descontos, etc.
- 6º Conhecimento de algebra até equações do 2º gráo./

O logar de secretário do arsenal será provido por livre escolha do Governo, ouvido, todavia, o inspector.

Os logares de officiaes da secretaria do arsenal serão preenchidos pelos amanuenses das repartições do inspector ao Ministro da Marinha.

Os empregados do arsenal, nomeados por concurso, poderão ter accesso para os logares das demais repartições do Ministerio da Marinha, cujos regulamentos estabeleçam idênticos concursos.

Os empregados da administração dos arsenais, não sujeitos a outros regulamentos, e que contarem mais de 10 annos de serviço effectivo, só poderão ser demitidos em virtude de sentença, ou por incapacidade moral, legalmente provada.

Nenhum empregado do arsenal perceberá emolumentos de qualquer natureza, sendo todos cobrados por meio de estampilhas.

Os empregados dos arsenais que contarem mais de 10 annos de serviço publico, e os que houverem sido nomeados por concurso, que convenham ser conservados, serão providos nos logares creados por este regulamento, sendo aposentados os que se acharem inválidos.

Os que não forem aproveitados nem estiverem inválidos, bem como os do extincto almoxarifado, ficarão adidos com as vantagens de que

gozavam, enquanto não forem aproveitados em outras repartições da marinha ou de outros ministérios.

Para o quadro normal das oficinas será aproveitado a pessoa actualmente existente no serviço do arsenaes.

O mestre, contra-mestre, operario ou servente que não for julgado no caso de poder continuar em serviço activo será dispensado do ponto.

(AUTOMISTA, 1908, anno II, n. 129, p. 2)

A partir de uma cuidadosa observação do que foi transcrito do Decreto de 1907 (Figuras 6 e 7), sobre o Arsenal de Marinha da República, no Automista de 8 de fevereiro de 1908, encontramos como condição de promoção para o operário de 3<sup>o</sup> classe ao quadro da 2<sup>a</sup> classe, além de outros quesitos, necessitaria “saber, pelo menos, ler, escrever e contar, e ter noções de desenho geometrico e metrologia”. E para ser admitido como aprendiz de 2<sup>a</sup> classe, necessitaria saber ler, escrever e contar, além de outros quesitos como a idade mínima de quatorze anos. Também verificamos que os escreventes serão admitidos em concurso no exame de “arithmetica até proporções” e “noções de desenho geometrico”, além de “boa letra e conhecimentos da grammatica nacional”, dentre outros itens, conforme o Decreto. E, para amanuenses (copista manual) da inspecção e directorias, além das provas em concurso era exigido o conhecimento dos sistemas de pesos e medidas, reduções de moedas, descontos etc., e conhecimento de álgebra até equações do segundo grau.

Assim, conseguimos verificar que apenas para o cargo de amanuense se fazia necessário o conhecimento escolar do ensino secundário, em matemática. Para os outros cargos de operário, aprendiz e escrevente, o concurso solicitava os conhecimentos do ensino primário, ou seja, a matemática elementar ensinada nas escolas primárias, conforme o Regulamento de Instrução Primária de 1896 do Estado de Mato Grosso.

Aqui podemos analisar que a finalidade da Matemática Elementar para concurso nos cargos do Arsenal de Marinha, segundo Chervel (1990), era verificar se o candidato estava apto para exercer a função ou cargo nas repartições do respectivo arsenal. Os conhecimentos exigidos nos exames de promoção ou admissão para os cargos oferecidos no Decreto de 1907 para o Arsenal de Marinha de Mato Grosso são frutos de amplo estudo das habilidades necessárias que um ocupante do cargo precisa. Essas habilidades podem ter definido o conteúdo a ser cobrado nos exames de admissão do Arsenal de Marinha, como também a matemática a ensinar, conforme Hoffsteter & Valente (2017), para as escolas preparatórias dos cursos de admissão para ele.

Da mesma forma que verificamos a Matemática Elementar para concursos, percebemos que havia a necessidade de uma formação específica para o trabalho no comércio e nas repartições públicas, como agências de telégrafos, guardas alfandegários e funcionários do Arsenal de Marinha. Para isso, abriram-se cursos para aqueles que se interessassem em se preparar para a atuação nas casas comerciais ou nas agências e repartições públicas que havia na cidade. Esses cursos eram oferecidos em aulas noturnas, conforme podemos verificar no anúncio do Correio do Estado, em sua edição de 9 de outubro de 1910 (Figura 6).

Figura 8 – Aula Noturna – Correio do Estado – 9 de outubro de 1910 –  
edição 133 p. 3



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil - Hemeroteca Digital

No anúncio feito pelo Colégio Salesiano Santa Teresa (Figura 8), podemos verificar o interesse da sociedade em que os funcionários do comércio, agências e repartições públicas, ou Arsenal de Marinha tivessem uma formação específica, capaz de auxiliar corretamente no atendimento, escrituração e cálculos. Uma vez que, se há um curso específico sendo oferecido pela escola, o que se pode imaginar é que a sociedade viu a necessidade de que seus operários fossem melhor preparados para a sua atuação nas casas comerciais, agências e repartições públicas que ali funcionavam. O que, segundo Chervel (1990), podemos ver que a finalidade da escola noturna era preparar o aluno para a atuação nessas agências, com os estudos de matérias específicas, conforme o anúncio de aulas de “português, aritmética, francês e escrituração mercantil”. Da mesma forma, os “treineiros” eram preparados especificamente para aprovação em um determinado concurso, conforme o conteúdo escolar exigido e ditado pela sociedade para a escola.

Na publicação de 8 de maio de 1914, a edição 766 do periódico “O Debate” traz o anúncio de aula noturna (Figura 9), com pagamento mensal, oferecida por explicador, na cidade de Cuiabá, Mato Grosso.

Figura 9 – Aula Noturna – O Debate – 8 de maio de 1914 – edição 766 p. 2

**AULA NOCTURNA**

Uma pessoa que se julga habilitada, propõe-se a leccionar, mediante pagamento mensal relativamente modico, as seguintes materias do curso preparatorio, a saber: Portuguez, Francez, Geographia e Arithmetica. Tambem leccionará os cursos elementar e complementar.

Os pretendentes, deverão procurar o explicador, a rua Barão de Melgaço n. 43, onde dará as aulas, das 7 ás 8 1/2 horas da noite.

Cuyabá, 6 de Maio de 1914.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil - Hemeroteca Digital

Mais uma vez, percebemos indícios de que essas aulas fossem oferecidas para candidatos a concursos públicos, uma vez que, Cuiabá era a capital do estado de Mato Grosso e nela estavam instaladas várias repartições públicas, inclusive o Arsenal de Marinha, conforme testemunhos em fotos do Álbum Graphico de Mato Grosso. Isso nos ajuda a observar que, conforme ocorrera em Corumbá, as aulas oferecidas para candidatos a cargos públicos estavam de acordo com o Regulamento de Instrução Primária do Estado de Mato Grosso de 1896, quando utiliza a nomenclatura de curso elementar e complementar, enquanto no Regulamento de 1910, o ensino primário está dividido em primeiro e segundo graus. A ideia é também que o anúncio se refere aos candidatos que queiram prestar os exames de conclusão do Curso Primário para admissão ao Ginásio, por oferecer aulas dos cursos elementar e complementar primários.

Esses testemunhos obtidos através de artigos e anúncios encontrados na Hemeroteca Brasileira, segundo Le Goff (2002), tornam-se documentos que nos auxiliam na compreensão da importância do estudo da Matemática Elementar para concursos no período compreendido entre os anos de 1908 a 1914 no Estado de Mato Grosso, tendo como ponto principal a cidade de Corumbá. Esses documentos auxiliam na análise de quais eram os conteúdos exigidos nos concursos públicos nesse período em estudo, e como se constituíram as aulas noturnas para os candidatos às vagas oferecidas para os cargos públicos, principalmente, na cidade de

Corumbá. A matemática a ensinar nas aulas noturnas oferecidas pelo Colégio Salesiano Santa Teresa na cidade de Corumbá, em 1908, e pelo professor particular na cidade de Cuiabá, em 1914, ajudam a inferir que nesse período havia uma matemática voltada para habilitar os candidatos às vagas de cargos públicos, com a finalidade de prepará-los conforme a necessidade exigida pelo setor para sua efetivação no cargo e de acordo com o Regulamento de Instrução de Ensino Primário do Estado de Mato Grosso de 1896. Contudo, não podemos inferir que somente essas aulas eram suficientes para ensinar toda a Matemática Elementar para concursos públicos conforme os editais e anúncios que analisamos.

Enquanto observamos a Matemática Elementar para concursos, procuramos verificar também os anseios gerados na sociedade em torno da implantação de um novo modelo de Instrução Pública Primária adotada em São Paulo que se espalhava pelo território brasileiro. Isso, gerou na República a intenção de deixar de lado o modelo tradicional de ensino que fora utilizado durante o período da Monarquia, que trazia consigo as repetições de lições de forma exaustiva pelos alunos em voz alta até que elas fossem decoradas, conforme traz-nos Chervel (1990) e Valente (2013).

Esse modelo de ensino, nos moldes da república que se instalava, representava em si o patriotismo, o novo que se instaurava nas instituições de ensino na tentativa do Governo de derrubar os altos índices de analfabetismo em todo o território nacional.

Mas, implantar um novo modelo requer tempo, planejamento e investimento, dessa forma, atraídos pelas práticas que deram certo em São Paulo, Estados como Rio de Janeiro, Santa Catarina e Mato Grosso se vislumbram e procuram mecanismos para reproduzir no ensino primário o modelo que então traria um novo status à instrução pública primária no país, o chamado Grupo Escolar.

Esse modelo terminaria com o antigo modelo de escolas isoladas, escolas domiciliares, desvinculadas entre si e que eram práticas comuns até então. O grupo escolar, como eles afirmavam, era um modelo criado com um prédio próprio para o ensino, onde nele se agrupariam várias salas de aula, com várias séries do ensino primário, onde o aluno teria um ensino contínuo e integral a fim de prepará-lo para a vida.

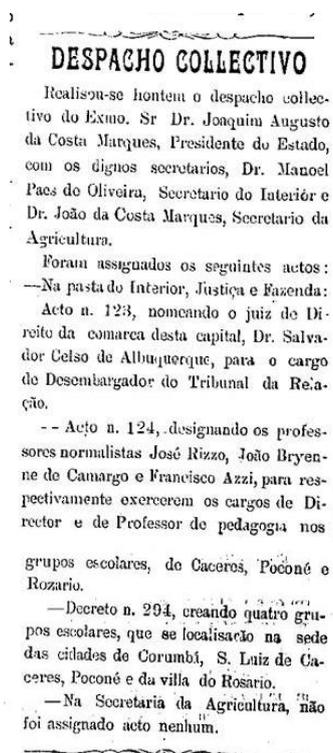
Esse modelo de ensino tinha como método o Ensino Intuitivo, que se baseava no ensino prático, onde a aprendizagem acontecia a partir de experiências concretas

vivenciadas pelo aluno para então chegar ao conceito teórico planejado pelo professor.

Em Mato Grosso o presidente do Estado, Pedro Celestino Correa da Costa, ao assumir o governo em 1908, criou escolas primárias e autorizou a constituição de três grupos escolares que seriam instalados dois na cidade de Cuiabá e um na cidade de Corumbá.

Já, em 1910, o presidente do Estado, Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, cria inicialmente os Grupos Escolares da capital do estado, Cuiabá. Anunciando, através do decreto de nº 294 a criação dos grupos escolares nas cidades de Corumbá, São Luiz de Cáceres, Poconé, e Rozário. Nomeando e designando os professores normalistas José Rizzo, João Bryenne de Camargo e Francisco Azzi, para respectivamente exercerem os cargos de diretor e professor de pedagogia nos grupos escolares de Cáceres, Poconé e Rozário, conforme o jornal O Debate (Figura 10).

Figura 10 – Despacho coletivo – O Debate – número 514, p.2



O Debate, número 514, p.2 dispõe sobre a autorização para a nomeação de comissão para organizar os Regulamento do Conselho Superior da Instrução Pública, da Escola Normal e dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Mato Grosso. São encaminhadas as transformações sonhadas para a instrução pública

primária do Estado de Mato Grosso, as novidades esperadas e almejadas pela sociedade da época. O então modelo que iria revolucionar

Figura 11 – Instrução pública – Correio do Estado – 29 de junho de 1910.

Ano II, n. 119, p.1.

## Instrução pública

Para todos os países que se desenvolvem com a rapidez do nosso, o problema que se apresenta mais urgente, indiscutivelmente é o da instrução.

O desenvolvimento perfeito das faculdades intellectuaes do homem depende de uma educação persistente, gradual e acurada, desde os tempos da infancia até o seu completo florescimento, pois que só com muito zelo e esforço é que se conseguirá evitar que lhe venha a faltar a luz necessaria para a trilha futura, quando não conte mais com os conselhos e direcção paternaes.

No Brasil, ultimamente, alguns Estados têm-se dedicado com esmero a diffundir a instrução pública, modelando os seus pelos institutos mais afamados até agora conhecidos.

Minas Geraes, Rio de Janeiro, Pará e Santa Catharina foram procurar o methodo de ensino para a instrução primaria no Estado de S. Paulo, e, si bem que a imitação ainda não offereça um resultado correspondente ao do modelo—muita vantagem obtiveram e ainda hão de obter.

O grupo escolar é a base da instrução primaria no Estado de S. Paulo. O cuidado que presidiu á sua organização foi tal, que após o longo periodo de cerca de vinte annos, ainda não foi modificado, sinão em pontos insignificantes, que não alteram a essencia. Os seus organisadores foram o dr. Cesario Motta e o professor da Escola Normal, Caetano de Campos, cujos nomes não ficaram esquecidos á gratidão dos paulistas.

Os grupos escolares de S. Paulo são organisados pela forma seguinte:—o curso é de cinco annos, para ambos os sexos, que se reúnem num só edificio, separados em classes. O primeiro anno, masculino ou feminino, divide-se em duas series, entrando para a 1ª serie do 1º anno os inteiramente analfabetos, que seis meses depois, ou antes, em Julho, sobem á segunda série, e assim por diante, até o 5º anno, quando obtêm o seu diploma. Este diploma os habilita a entrar para o 1º anno dos gymnasios, sem mais exame.

A 1ª série do 1º anno, quer do sexo masculino, quer do feminino, é regido por professoras, cujo carinho e paciencia são tão necessarios para os pequeninos antes que comecem a exercitar-se nos primeiros degraus da vida pratica.

As demais classes são occupadas por professores do sexo dos respectivos alumnos, salvo algumas excepções, pois ha grupos em que o numero de professoras é maior—e neste caso algumas leccionam até o 2º anno masculino.

O director do grupo escolar não lecciona. Apenas dirige os trabalhos do estabelecimento e corrige os alumnos indisciplinados, quando um dos professores leve-lhe a queixa.

Os castigos physicos são completamente repellidos dos institutos de ensino moderno. O grupo escolar, tambem, não o admite, castigando as faltas dos alumnos com lições de moral. Quando incorrigiveis, ao director cabe a sua expulsão do estabelecimento; este facto, porém, muito raramente tem-se dado no Estado de S. Paulo.

Pela suavidade do ensino paulista, pela brandura com que são tratadas as crianças, nenhuma se esquivava ás aulas; ao contrario, ha um borbo-rinho em todos os lares, uma febre de estudo, diariamente, que até quando doentes os pequeninos estudantes querem ir ao grupo.

O resultado annual é bellissimo e só quem já teve o prazer de assistir aos exames e visitar as exposições de trabalhos (desenho, pintura, bordados, rendas, roupas e outros muitos)—é que pôde avaliar a grande utilidade de um grupo escolar organizado regularmente.

O benemerito governo deste Estado já comperitou-se da necessidade de modernisar o nosso ensino primario e para isso mandou contractar em S. Paulo alguns professores normalistas.

Naturalmente que, do louvavel emprehendimento do governo, ha-de resultar para Corumbá o grande beneficio do estabelecimento de um grupo escolar, pois que é por demais conhecida a necessidade de aperfeiçoar como de disseminar o ensino publico por este prospero e ainda mais futuro municipio, attento o progressivo augmento da sua população.

As quatro escolas que possuímos são por demais insufficientes para conter o grande numero de crianças em idade de frequentarem a aula.

Ainda não é só isso. O methodo usado nessas quatro escolas é o antigo, com pequenas modificações, peccando pela falta do principal objectivo moderno, que é a separação dos graus de adiantamento, para que seja facilitado e se torne mais proveitoso aos alumnos o trabalho do professor.

Com a agglomeração de crianças em uma sala e com o seu ensino parcelado, como acontece nas poucas escolas desta cidade, não pôde absolutamente o preceptor mostrar fructos apreciaveis no fim de cada anno lectivo—sejam quaes forem os esforços que empregue para tal.

Ao lado de outras antiguidades que notamos no methodo de ensino actual—está a velha *leitura*, que os alumnos recitam cantando—em alta voz. A *leitura* está banida do ensino moderno, assim como o estudo na aula em voz alta.

A nova escola é como uma colmeia pacifica, onde entram e donde saem as pequeninas abelhas todas as manhãs e todas as tardes. Um suave murmúrio, apenas, escutará, quem da transitar pela frente de uma escola moderna.

E' fóra de duvida que Corumbá está exigindo a fundação de um grupo escolar, que possa, não só conter o grande numero de crianças aqui existentes e que estão crescendo sem a rigida da instrução, como favorecer a essas mesmas crianças com um ensino completo e vantajoso, pela suavidade e pela qualidade.

Resta apenas, agora, que os homens de responsabilidade pelo progresso local, facilitem a estabelecimento de um grupo—pedindo ao governo do Estado a sua fundação assim como offerecendo-lhe o que for possível de auxilio para a construção de um edificio apropriado, pois que aqui não temos um só adaptavel a esse utilissimo estabelecimento.

Aguardemos a acção dessas pessoas, que, estamos certos, não se fará esperar.

Fonte: Biblioteca Digital (BNDigital)

A seguir é feita a transcrição do artigo publicado no Correio do Estado (Figura 11), n.119 de 29 de junho de 1910.

Para todos os países que se desenvolvem com a rapidez do nosso, o problema que se apresenta mais exigente, indiscutivelmente é o da instrução. O desenvolvimento perfeito das faculdades intellectuaes do homem depende de uma educação persistente, gradual e acurada, desde os tempos da infância até o seu completo florescimento, pois que só com muito zelo e esforço é que se conseguirá evitar que lhe venha a faltar a luz necessária para a trilha futura, quando não conte mais com os conselhos e direcção paternaes.

No Brazil, ultimamente, alguns Estados têm-se dedicado com esmero a diffundir a instrução publica, modelando os seus pelos institutos mais afamados até agora conhecidos.

Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará e Santa Catharina foram procurar o methodo de ensino para instrução primaria no Estado de S. Paulo, e, si bem que a imitação ainda não offereça um resultado correspondente ao do modelo – muita vantagem obtiveram e ainda hão de obter.

O grupo escolar é a base da instrução primaria no Estado de S. Paulo. O cuidado que presidiu á sua organização foi tal, que após o longo período de cerca de vinte annos, ainda não foi modificado sinão em pontos insignificantes, que não alteram a essência. Os seus organisadores foram o dr. Cesario Motta e o professor da Escola Normal, Caetano de Campos, cujos nomes não ficaram esquecidos á gratidão dos paulistas.

Os grupos escolares de S. Paulo são organisados pela forma seguinte: -- o curso é de cinco annos, para ambos os sexos: que se reúnem num só edificio, separados em classes. O primeiro anno, masculino ou feminino, divide-se em duas series, entrando para 1ª serie do 1º anno os inteiramente analphabetos, que seis mezes depois, ou antes, em Julho, sobem á segunda série, e assim por diante, até o 5º anno, quando obteem o seu diploma. Este diploma os habilita a entrar para o 1º anno dos gymnasios, sem mais exame.

A 1ª série do 1º anno, quer do sexo masculino, quer do feminino, é regido por professoras, cujo carinho e paciência são tão necessários para os pequeninos entes que começam a exercitar-se nos primeiros degráos da vida pratica.

As demais classes são ocupadas por professores do sexo dos respectivos alunos, salvo algumas excepções, pois há grupos em que o número de professoras é maior e neste caso algumas leccionam até o 2º anno masculino.

O director do grupo escolar não lecciona. Apenas dirige os trabalhos do estabelecimento e corrige os alunos indisciplinados, quando um dos professores leve-lhe a queixa.

Os castigos phisicos são completamente repellidos dos institutos de ensino moderno. O grupo escolar, também, não o admite, castigando as faltas dos alunos com lições de moral. Quando incorrigíveis, ao director cabe a sua expulsão do estabelecimento; este facto, porém, muito raramente tem-se dado no Estado de S. Paulo.

Pela suavidade do ensino paulista, pela brandura com que são tratadas as crianças, nenhuma se esquiva ás aulas; ao contrário, há um borbórinho em todos os lares, uma febre de estudo, diariamente, que até quando doentes os pequeninos estudantes querem ir ao grupo.

O resultado annual é bellissimo e só quem já teve o prazer de assistir aos exames e visitar as exposições de trabalhos (desenho, pintura, bordados, rendas, roupas e outros muitos) – é que pode avaliar a grande utilidade de um grupo escolar organizado regularmente.

O benemerito governo deste Estado já compenetrou-se da necessidade de modernizar o nosso ensino primario e para isso mandou contractar em S. Paulo alguns professores normalistas.

Naturalmente que, do louvavel empreendimento do governo há de resultar para Corumbá o grande beneficio do estabelecimento de um grupo escolar, pois que é por demais conhecida a necessidade de aperfeiçoar como de disseminar o ensino publico por este prospero e ainda mais futuroso municipio, atento o progressivo augmento da sua população.

Ainda não é só isso. O methodo usado nessas quatro escolas é o antigo, com pequenas modificações, pecando pela falta do principal objetivo moderno, que é a separação dos grãos de adiantamento, para que seja facilitado e se torne mais proveitoso aos alunos o trabalho do professor.

Com a aglomeração de crianças em uma sala e com o seu ensino parcelado, como acontece nas poucas escolas desta cidade, não pode absolutamente o preceptor mostrar fructos apreciáveis ao fim de cada anno lectivo – sejam quaes forem os esforços que empregue para tal.

Ao lado de outras antiguidades que notamos no methodo de ensino actual está a velha taboada, que os alunos recitam cantando-a em alta voz. A taboada está banida do ensino moderno, assim como o estudo na aula em voz alta.

A nova escola é como uma colmeia pacifica, onde entram e donde saem as pequeninas abelhas todas as manhãs e todas as tardes Um suave murmúrio, apenas, escutará, quem transitar pela frente de um escola moderna.

É fora de duvida que Corumbá está exigindo a fundação de um grupo escolar, que possa, não só conter o grande número de crianças aqui existentes e que estão crescendo sem a luz da instrucção, como favorecer a essas mesmas crianças com um ensino completo e vantajoso, pela suavidade e pela qualidade.

Resta apenas, agora, que os homens de responsabilidade pelo progresso local, facilitem o estabelecimento de um grupo pedindo ao governo do Estado a sua fundação assim como offerecendo-lhe o que for possível de auxilio para a construção de um edificio apropriado, pois que aqui não temos um só adaptável a esse utilíssimo estabelecimento.

Aguardemos a acção dessas pessoas, estamos certos, não se fará esperar. (CORREIO DO ESTADO, 1910, n. 119, p.1)

O artigo publicado no número 119 do periódico Correio do Estado, de 29 de junho de 1910, intitulado “Instrucção Publica”, retrata o momento de mudança nos caminhos da instrucção primária ocorrido nos estados brasileiros e a ansiosa espera que esse mesmo modelo seja instalado no estado de Mato Grosso.

Nele é possível ver como foi organizado o Grupo Escolar no estado de São Paulo, e como essa estrutura prioriza a aprendizagem da criança e o seu convívio no meio escolar e social. O artigo também infere sobre como a estrutura organizacional do Grupo Escolar de São Paulo em, pelo menos, vinte anos de funcionamento, não se alterou, buscando pequenas adequações em pontos quase que insignificantes, mostrando-se um modelo sólido e eficaz para a instrucção primária que se espalhou pelos estados brasileiros.

O encantamento demonstrado no artigo mostra a nova realidade da cultura escolar presente no Grupo Escolar de São Paulo, e como isso fez com que as crianças

criassem o gosto pelo estudo, pelo sentimento de pertencimento à escola e pela vontade de participar das aulas.

Pela suavidade do ensino paulista, pela brandura com que são tratadas as crianças, nenhuma se esquivava às aulas; ao contrário, há um borborinho em todos os lares, uma febre de estudo, diariamente, que até quando doentes os pequeninos estudantes querem ir ao grupo.  
(CORREIO DO ESTADO, 1910, n. 119, p.1)

Nesse trecho do artigo, podemos perceber como a rotina dentro da escola mudou o cotidiano das famílias, criando um interesse e uma satisfação pelo estudo, o querer estar na escola é maior até mesmo que os motivos que impedem a criança de ir. Além de toda essa realidade criada dentro da escola, podemos perceber além da cultura escolar (Chervel, 1990), os resultados obtidos a partir desse novo modelo de escola, conforme podemos verificar

O resultado annual é belíssimo e só quem já teve o prazer de assistir aos exames e visitar as exposições de trabalhos (desenho, pintura, bordados, rendas, roupas e outros muitos) – é que pode avaliar a grande utilidade de um grupo escolar organizado regularmente.  
(CORREIO DO ESTADO, 1910, n. 119, p.1)

Aqui percebemos alguns trabalhos manuais que eram expostos, trazendo uma realidade não muito comum nas escolas tradicionais, um jeito novo de se estudar, que transmitia, segundo o artigo, prazer nos exames e trabalhos que eram realizados dentro do grupo. Uma nova forma de se ensinar, um novo método, segundo Chervel (1990), que vinha para romper com o ensino tradicional. O artigo também procura enaltecer os resultados obtidos nos exames anuais, ou seja, a boa aprendizagem propiciada pelo método e pela organização da escola ocasionou em alto índice de aprovação.

Segundo o artigo, o governo do estado, ao analisar todos os resultados obtidos com esse modelo escolar implantado no estado de São Paulo resolveu contratar especialistas em São Paulo para promover a implantação desse novo modelo de Instrução Primária no estado de Mato Grosso. Nisso,

Naturalmente que, do louvável empreendimento do governo há de resultar para Corumbá o grande benefício do estabelecimento de um grupo escolar, pois que é por demais conhecida a necessidade de aperfeiçoar como de disseminar o ensino publico por este prospero e ainda mais futuroso municipio, atento o progressivo augmento da sua população.  
(CORREIO DO ESTADO, 1910, n. 119, p.1)

O que nos ajuda a inferir que era proposta do governo contemplar a criação de um grupo escolar na cidade de Corumbá, nos moldes descritos até então. E em seguida, procura justificar que

O methodo usado nessas quatro escolas é o antigo, com pequenas modificações, pecando pela falta do principal objetivo moderno, que é a separação dos grãos de adiantamento, para que seja facilitado e se torne mais proveitoso aos alunos o trabalho do professor.

Com a aglomeração de crianças em uma sala e com o seu ensino parcelado, como acontece nas poucas escolas desta cidade, não pode absolutamente o preceptor mostrar fructos apreciáveis ao fim de cada anno lectivo – sejam quaes forem os esforços que empregue para tal.

Ao lado de outras antiguidades que notamos no methodo de ensino actual está a velha taboada, que os alunos recitam cantando-a em alta voz. A taboada está banida do ensino moderno, assim como o estudo na aula em voz alta.

(CORREIO DO ESTADO, 1910, n. 119, p.1)

Nessa justificativa, o artigo procura criticar o método utilizado no ensino primário em Corumbá, além das salas multisseriadas, que descreveu como um depósito de crianças, com várias faixas etárias e séries diferentes, que prejudicava tanto o trabalho do professor quanto a aprendizagem dos alunos, ocasionando em resultados insatisfatórios nos exames. No entanto, o que nos chama ainda mais a atenção é quanto ao método empregado no ensino da matemática elementar, pois ele traz que, a “velha taboada” deveria ser banida, o que demonstra a grande insatisfação quanto ao ensino. Além da tabuada, o artigo questiona também as aulas cantadas, ou seja, a repetição das lições em voz alta, que eram prática constante no ensino primário até então.

Não temos aqui a matemática a ensinar, mas o método de ensino descrito por Chervel (1990) como ensino tradicional, que cita as aulas cantadas, onde os alunos procuram repetir em voz alta as lições que eram estudadas nas classes, e a tabuada como características marcantes.

Ao descrever o rigor e a disciplina adotados dentro do prédio de um grupo escolar conforme os moldes adotados no estado de São Paulo, o artigo descreve que

A nova escola é como uma colmeia pacifica, onde entram e donde saem as pequeninas abelhas todas as manhãs e todas as tardes. Um suave murmúrio, apenas, escutará, quem transitar pela frente de um escola moderna.

(CORREIO DO ESTADO, 1910, n. 119, p.1)

Trazendo como traços da cultura escolar, da ordem e da disciplina dentro dos muros da escola, o artigo utilizou-se de uma metáfora, para descrever que, embora ali estivessem várias classes juntas dentro do mesmo prédio, comportando crianças de várias idades cursando os cinco anos do ensino primário, todos procuravam contribuir para a disciplina e a ordem, tanto nas salas de aula, quanto nos corredores.

Ao analisar esse trecho do artigo, que demonstra o tipo de escola idealizado no Estado de São Paulo, traduz o anseio da sociedade de Corumbá no período próximo ao ano de 1910, assim reforça que a cultura escolar, de acordo com Chervel (1990), demonstra, pelo modelo de escola, o tipo de sociedade que existia nessa época e como ela desejava que suas crianças fossem ensinadas. O que é reforçado no trecho seguinte, onde diz que

É fora de dúvida que Corumbá está exigindo a fundação de um grupo escolar, que possa, não só conter o grande número de crianças aqui existentes e que estão crescendo sem a luz da instrução, como favorecer a essas mesmas crianças com um ensino completo e vantajoso, pela suavidade e pela qualidade.

(CORREIO DO ESTADO, 1910, n. 119, p.1)

Após analisar a qualidade do ensino oferecido na cidade, que era baseado em métodos antigos, o artigo procura mostrar a urgência que Corumbá apresentava da instalação de um grupo escolar, nos moldes observados no estado de São Paulo. Isso se justificava não só pela grande quantidade de escolas domésticas, isoladas e particulares, mas também o grande aumento de crianças na idade escolar que não frequentavam uma escola.

A tabuada e as lições cantadas são descritas como características de um ensino ultrapassado, então, faz-se necessária a mudança para um novo modelo de ensino, que não só traria novas formas de ensinar, mas também um novo espaço de ensino, onde as escolas domésticas e isoladas dariam lugar a um prédio pensado para o ensino, com várias classes em um só lugar. Com uma organização das turmas por série, melhorando o trabalho do professor, dessa forma, com a possibilidade do ensino gradual, de acordo com a idade dos alunos.

Todo esse anseio, no entanto, carecia dos olhares dos representantes políticos que precisavam perceber a grande necessidade da transformação no modo de ensinar do ensino primário na cidade e da urgência da instalação do grupo escolar em Corumbá.

Com essa perspectiva histórica, no capítulo a seguir delinearemos as referências de pesquisas científicas de mestrado e doutorado sobre o grupo escolar na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia discutindo com os seus autores a implantação, a finalidade e a cultura escolar encontradas a fim de analisá-las em nosso texto. Tomaremos para isso o ano de 1908, quando o Presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino Correa da Costa, por meio da Resolução nº 508, autoriza a criação de várias escolas primárias e também a constituição de três grupos escolares, sendo dois para o distrito de Cuiabá e um para a cidade de Corumbá, para então começarmos a discussão ali presentes.

## Capítulo 4 – Aspectos históricos do ensino primário no estado de Mato Grosso

O edifício escolar é produto de transformações, de uma circulação de informações, de teorias e de normatizações do campo da educação e que, seu surgimento como artefato construído com padrões arquitetônicos definidos, somente vai ocorrer na metade do século XIX em diante e se espalha pelo mundo como exemplo acabado para organização de atividades de ensino para crianças, em especial.  
(ARRUDA, 2010, p. 36)

A nova organização escolar iniciada em São Paulo e difundida em Mato Grosso a partir de 1910 traz consigo um novo Regulamento da Instrução Primária de Mato Grosso. São novas orientações para o ensino a partir das experiências de Normalistas que vivenciaram as estruturas de ensino primário que deram certo e se tornaram modelo para a Instrução Primária em outros estados brasileiros.

No entanto, além do novo regulamento está presente a nova estrutura escolar, pois são autorizadas, inicialmente, as obras de construção de três grupos escolares no estado de Mato Grosso. Dois na capital e um em Corumbá.

A fim de elucidar essa realidade do ensino no estado procuramos analisar alguns trabalhos científicos, Brito (2001), Poubel e Silva (2006), Gonçalves (2009), Arruda (2010), Silva (2011), Monteiro (2011), Trevisan (2011), Reis (2011), Santos (2012), Figueiredo (2013), Cunha (2015), Josqrilbert (2016), Patrocínio (2016), Bobadilha (2016) e Santos (2018) (Anexos - Quadro 1), durante todo esse capítulo, procurando trazer aspectos históricos do ensino no estado de Mato Grosso e na cidade de Corumbá a partir do ano de 1910, com a implantação dos grupos escolares e as outras realidades de ensino presentes, bem como os investimentos ocorridos na instrução pública.

De acordo com Silva (2006), o ensino primário tinha cerca de 2678 alunos matriculados em 1909. Sendo muito baixo o número de crianças matriculadas em relação ao número de crianças em idade escolar. Fazia-se necessária medidas que pudessem viabilizar o acesso à escola, como também, a construção de um modelo de prédio escolar que pudesse comportar mais crianças e mais classes em um único lugar.

Dessa forma,

Conhecedor de tais dificuldades, e da falta de inspeção escolar, de edifícios escolares adequados, de mobílias, materiais e, principalmente, de recursos; o Cel. Pedro Celestino teve uma grande preocupação em estruturar o ensino

objetivando introduzir no estado as mudanças presentes na sociedade brasileira. Buscava, com isso, imprimir à organização pedagógica, racionalidade, valores e normas da sociedade moderna imprescindíveis para a formação moral e intelectual da infância mato-grossense. Para tal, contratou dois normalistas paulistas, Leowigildo Martins de Melo e Gustavo Huhlmann, ambos recém formados pela Escola Normal Caetano de Campos, com o objetivo de implementar a reorganização do ensino mato-grossense. (SILVA, 2006, p. – 78)

As inovações propostas pelo presidente do estado de Mato Grosso, Cel. Pedro Celestino, começam a acontecer no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques, com os decretos de criação dos grupos escolares em Cuiabá e Corumbá e, posteriormente, em outras cidades do estado. No entanto, segundo Gonçalves (2009), em 1910 foram inaugurados dois grupos escolares em Cuiabá e em 1912, os grupos escolares de Cáceres, Poconé e Rosário Oeste, totalizando 5 grupos escolares em funcionamento. Para coordenar os trabalhos nesses grupos escolares foram contratados os normalistas Ernesto Sampaio, José Rizzo, João Brynne de Camargo e Francisco Azzi, provindos de São Paulo.

A criação de novas escolas primárias acarretou um grande aumento de gastos pelo estado, o que, segundo Gonçalves (2009), ocasionou em falta de material nas escolas. No entanto, não foram apenas os gastos com a implantação das escolas, mas também a manutenção de um grande número de alunos matriculados nos grupos escolares, o que em 1912 chegou a 1036.

Porém, as reformas implementadas no ensino primário nos anos de 1910 a 1912, com a criação de grupos escolares, não surtiram os efeitos esperados para o governo, pois, a grande maioria das cidades do estado eram rurais, e somente as cidades onde o comércio e o serviço público eram mais evoluídos é que receberam a implementação desse modelo escolar. E, mesmo assim, algumas escolas anunciadas desde 1910 não foram construídas. Dessa forma, o ensino primário que, deveria ser um direito de todos, continuava sendo para poucos. Entretanto, a finalidade inicial do Regulamento de Instrução Primária do estado de Mato Grosso que era matricular todas as crianças a partir 8 anos não se concretizou. Assim, em 1916, segundo Gonçalves (2009), no governo do General Dr. Manoel Caetano de Faria Albuquerque, o analfabetismo alcançava mais da metade das crianças do estado.

Segundo Brito (2001), em Corumbá, ainda na década de 1940, a realidade da população urbana era de 34,7 % e a rural de 40,9 %, um dos maiores índices urbanos na região pantaneira. Já a capital do estado, Cuiabá, apresentava uma população

rural de 58,0 %, bem mais do que Corumbá. Essa característica rural, dificultava a implantação de uma política educacional eficaz, não havia como alcançar toda a população em idade escolar que se encontrava espalhada pelas regiões do estado, outra questão eram as verbas destinadas à instrução pública, que eram insuficientes para a manutenção do ensino nas escolas em funcionamento, como também para a criação de novas escolas.

Josgrilbert (2011), ao analisar o ensino nas escolas isoladas em Lagunita, a partir do relatório de 1916, mostra a precariedade no prédio que comportava uma sala de aula e uma sala para o professor. Também descreve a falta de segurança, além da falta de um galpão para guardar a montaria dos alunos durante as atividades escolares. Não somente isso, o regulamento de 1910 autorizava a contratação de professores não habilitados caso não houvesse alguém para o cargo, nisso muitas contratações ocorriam por nomeações políticas, sem levar em consideração as habilidades necessárias para o ensino.

Ainda, Josgrilbert (2011), traz que o regulamento de 1910 não se preocupava com o calendário escolar, o que vai aparecer somente no regimento de 1916 onde estabelece que o curso primário teria duração de quatro anos, com o ano letivo iniciando no dia 1º de fevereiro prosseguindo até o dia 30 de novembro, com carga horária de 5 horas diárias e recreio de 30 a 40 minutos. No entanto, as escolas modelos teriam o curso primário com duração de cinco anos, o que causou críticas, já que a proposta no estado era de um ensino homogêneo.

Em relação ao Método intuitivo, ele aparece pela primeira vez no regulamento de 1896, com a proposta de um ensino prático no estado de Mato Grosso e, que depois torna-se uma proposta mais efetiva a partir do regulamento de 1910.

Artigo 10º - A escola elementar professa:

§ 1º - Leitura corrente de impressos e manuscritos;

§ 2º - Caligrafia e escrita;

§ 3º - Estudo prático da língua materna;

§ 4º - Exercícios de intuição, ou noções de cousas acompanhadas de exercícios de leitura e escrita e de explicações sobre formas, cores, números, dimensões, tempo, sons, qualidades dos objetos, medidas, seu uso e aplicação.

§ 5º - Aritmética prática até divisão por dois algarismos; problemas fáceis sobre as quatro operações; noções gerais sobre numeração e valores dos algarismos; grandeza, quantidade e unidade; comparação da grandeza com a unidade; conseqüências resultantes dessa comparação; generalidades sobre os modos de dividir e subdividir a unidade; diversas espécies de fração resultantes de semelhante divisão.

§ 6º - Cultura moral; comentário das narrativas dos livros de leitura e dos fatos da vida escolar;

§ 7º - Geografia física e história do Estado;

§ 8º - Costura simples nas aulas de meninas.

Artigo 11º - Os exercícios de leitura serão feitos de preferência em [fl. 67v] livros com estampas, para melhor aplicação das noções de cousas; devendo o professor por sua parte limitar ao mínimo possível as regras e definições, atendendo ao caráter mais prático do que teórico desta primeira parte do ensino primário.

(MATO GROSSO, Regulamento 1896, p. 2)

Nos artigos 10 e 11, o regulamento de 1896, propõe o ensino prático, nas experimentações e noção de coisas, possibilitando ao aluno perceber, experimentar, praticar e somente depois partir para a parte teórica. Essa inovação no ensino, com a tentativa de introdução do ensino intuitivo ficará mais visível na implementação dos grupos escolares, a partir do regulamento de 1910, conforme o próprio regulamento vai determinar que o método a ser aplicado seria o método intuitivo. O que, no entanto, na prática, segundo Josgrilbert (2011), as professoras continuaram trabalhando a memorização e repetição de conteúdos como prática de ensino.

Segundo Silva (2011), ao analisar a estrutura e funcionamento do Grupo Escolar Espiridião Marques, na cidade de Cáceres, relata as dificuldades encontradas para o seu funcionamento desde a falta de pessoal, por constantes licenças obtidas por servidores, como também em relação a questão física e material, dificultando o atendimento por despreparo do pessoal, falta de material para manutenção do prédio e falta de material didático para aplicação do método prescrito pela Instrução Pública Primária de Ensino do estado de Mato Grosso. Nisso consta também que faltava desde o material mais básico como quadros negros, giz, dentre outros.

Uma característica encontrada na cultura escolar do Grupo Escolar Espiridião Marques, segundo Silva (2011), foi a criação de uma “caixa escolar”, solução encontrada para subsidiar a permanência de alunos pobres na instituição, pois, apesar do ensino ser idealizado para atender alunos pobres, o estudo mostra que quem tinha condições de se manter na escola eram os alunos provindos da classe média.

O sonho da reforma da Instrução Pública do estado de Mato Grosso, a partir dos ideias instaurados desde 1908 com o anúncio de construção de escolas primárias e contratação de normalistas, investimentos na formação de professores e a criação de um novo regulamento em 1910 não foram suficientes para transformar o estado nos moldes esperados em relação à outros estados desenvolvidos na educação no país.

Para o ensino no Grupo Escolar, o método de ensino baseado no ensino intuitivo, seria o diferencial em relação ao que era no tempo do Império, pois melhor se adaptava aos ideais republicanos (Trevisan, 2011), adotado pelos governadores quando implantaram o sistema de ensino denominado Grupo Escolar. Segundo Rodelini (2015), era a “tentativa de concretização de uma escola supostamente melhor, em um país que pouco havia mudado com a passagem do regime monárquico para o republicano”.

O Regulamento de Instrução Pública Primária de 1927, segundo Rodelini (2015) descreve que, a escola isolada rural então instituída, foi mantida até a consolidação da escola nova, em 1945, ganhando novas modalidades de funcionamento como escolas isoladas urbanas, escolas isoladas distritais e escolas isoladas rurais, cada uma com suas peculiaridades.

Em 1930, de acordo com Rodelini (2015), o presidente do estado, Dr. Annibal Toledo, fez duras críticas aos gastos e resultados obtidos com as escolas rurais, estando decidido a fechá-las. No mesmo discurso, procura exaltar os grupos escolares e as escolas isoladas urbanas, e propõe criar imediatamente criar escolas reunidas onde fossem necessárias para suprir a instrução primária e melhorar os índices, até então insatisfatório, das escolas rurais.

No entanto, os relatórios da instrução primária, de acordo com Rodelini (2015), apontam que, apesar de funcionar de forma precária, as escolas rurais contribuíram grandemente para o processo de alfabetização das crianças do estado.

Para Figueiredo (2013), os relatórios de 1931 a 1933 sobre o ensino primário do estado afirmam a falta de pessoal para o exercício do magistério, a carência de material didático e escolar, a falta de prédio adaptável, as dificuldades de comunicação e a ineficiência da fiscalização. Aponta ainda, a inexistência de escolas primárias nos povoados de Porto Esperança e Nhecolândia. Dessa forma, em Corumbá, as escolas primárias públicas eram insuficientes para o número de crianças em idade escolar, onde afirma que até 1945 só havia na cidade apenas uma escola reunida e um grupo escolar.

Segundo Bobadilha (2016), a Constituição de 1946 observava que o ensino primário seria obrigatório e gratuito, oferecido na língua nacional, dividindo a responsabilidade do Estado com a família, podendo ser oferecido no lar e na escola. Com essa perspectiva, o Estado procura desenvolver, a partir dos princípios de solidariedade, com fins de conduzir os homens à vida nacional, o sentimento de

cooperação social. Nessa ideia inclui-se a responsabilidade de empresas industriais, comerciais e agrícolas com número maior de cem empregados criarem instituições que pudessem oferecer o ensino primário para os filhos de seus empregados.

## Capítulo 5 – Aspectos históricos do ensino da matemática elementar no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Neste capítulo, a ideia é, a partir de trabalhos científicos, documentos encontrados no GELA e entrevistas concedidas por ex-alunos do GELA, delinear o processo histórico do ensino da matemática elementar dentro da escola Luiz de Albuquerque e analisar o livro “Vamos Estudar” de Theobaldo Miranda dos Santos, com o objetivo de analisar se o mesmo estava alinhado à proposta de ensino no período em que o livro é citado como um dos materiais didáticos utilizados pela escola, em Corumbá.

A implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (GELA), localizado em Corumbá, ocorreu apenas em 1924, depois de vários problemas na sua fase de construção.

Um novo marco para o ensino de Corumbá acontece com a implantação do GELA, com os ideais de uma escola pública de qualidade, que pudesse ofertar, em prédio próprio, o ensino primário almejado pela população corumbaense de meados do século XX, conforme artigo da Instrução Pública, publicado no Correio do Estado de 29 de junho de 1910.

A proposta de ensino baseada no ensino intuitivo que, segundo Chervel (1990, p. 200-201), é uma crítica ao ensino tradicional que se baseava na memorização, utilização do quadro negro e giz, e o livro didático. Esse novo método se apresenta com várias denominações, dentre elas “ensino prático”, lição de coisas”, “ensino intuitivo”, dentre outros.

Segundo Fin (2012), o método intuitivo é um método experimental que possibilita a aprendizagem através da observação. Propõe a utilização da razão ao invés da memória, tirando do foco o ensino memorístico e de constantes repetições.

Assim, a matemática para ensinar no grupo escolar, de acordo com Hoffstetter & Valente (2017), baseava-se na maneira como o professor iria ensinar, ou seja, o ensino intuitivo, o método proposto para os grupos escolares, que eram então implantados no Estado de Mato Grosso Uno. Aqui a matemática para ensinar, ou seja, o método a ser utilizado traz consigo os novos materiais que deveriam ser utilizados no ensino segundo o ideário de ensino proposto para o Estado.

Para o Estado de Mato Grosso, conforme o Regimento Interno para os Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso, de 4 de novembro de 1916,

As lições sobre as matérias de qualquer curso deverão, de acordo com o programa adaptado, ser mais práticas e concretas do que teóricas e abstratas, e encaminhadas de modo que faculdades infantis sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico.

Parágrafo único: cumpre que o professor tenha em vista desenvolver a faculdade de observação e, para isso empregue os processos intuitivos.

(MATO GROSSO, Regimento 1916, p. 1-2)

Cabe, a partir do que vimos até então, que o processo a ser utilizado pelo professor que lecionasse no Grupo Escolar, deveria ser baseado no Ensino Intuitivo. O ensino intuitivo foge do formalismo e dos conhecimentos prévios. Não permite ao professor formular conhecimentos pelo aluno, o aluno constrói o seu conhecimento a partir das atividades práticas orientadas pelo professor, que vão auxiliar o aluno a perceber e exercitar a sua mente pondo as suas inteligências a construir significados para o seu conhecimento. O professor tem o papel de orientar o aluno a partir das suas experiências práticas a construir o conhecimento abstrato.

A partir dessa significação do ensino intuitivo fomos verificar qual matemática era ensinada nos quatro anos do ensino primário de acordo com o Programa de Ensino do Estado de Mato Grosso, no qual vimos que a aritmética, aqui chamada de cálculo aritmético, era dividida em três seções, que iam desde a contagem de números até o cálculo com frações.

O ensino de contagem deveria ser bem prático para “que o aluno possa ver e tocar, com enumeração das mesmas, para contagem prática oral” (Programa de ensino do Estado de Mato Grosso, 1916). Também era proposto o ensino com utilização das “Cartas de Parker”, com a finalidade de trabalhar as quatro operações de forma intuitiva com os alunos até que eles pudessem abstrair os cálculos ali previstos.

Os grupos escolares, durante o período em estudo, tiveram poucas alterações em seus regulamentos, e o que está disposto no Programa de ensino do Estado de Mato Grosso de 1916 tornou-se a base para os anos seguintes, o que foi comprovado ao analisar a permanência do método intuitivo nos outros regulamentos de 1927 e 1942, mas não se conseguiu verificar nesses regulamentos a descrição das matérias ou conteúdos, e os instrumentos a serem utilizados para suas aulas, apenas descreve que o professor deverá aplicar o método adotado pelo sistema de ensino para os Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso.

Sobre a parte de materiais didáticos, vimos que nas duas primeiras seções de aritmética, previstas no programa de ensino de 1º e 2º graus para escolas isoladas de 1916, falam sobre a “exposição muito simples pelo professor das questões que ilustram e acompanham as cartas de Parker” e a “leitura e cópia da carta de Parker”.

O que é proposto no programa de ensino primário do Estado de Mato Grosso sobre as cartas de Parker, reflete o que Valente (2013b) trouxe nos estudos sobre Lourenço Filho e as Cartas de Parker,

O ensino intuitivo da Aritmética, da numeração, levará em conta as Lições de Coisas. Assim, cada número, tratado inicialmente de modo oral, será gravado nas mentes infantis, associando-o sempre às coisas. As coisas darão lições sobre os números, sobre as operações, sobre o modo como devem ser resolvidos os problemas aritméticos. E, sob essa perspectiva, começam a proliferar materiais que objetivam as coisas; as coisas que irão dar lições aritméticas. Talvez o material que melhor simbolize esse tempo de chegada dos materiais didáticos, para o ensino de aritmética nos anos iniciais, sejam as Cartas de Parker.” (VALENTE, 2013, p. 3)

No entanto, para que o professor pudesse lecionar com as cartas de Parker, necessitaria de uma formação específica para entender como esse material didático auxiliaria na aprendizagem da aritmética.

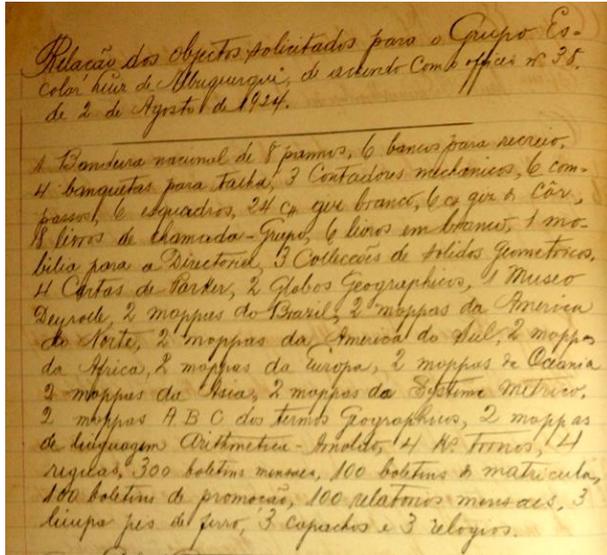
Analisando a implantação do GELA em 1924, procuramos verificar se as Cartas de Parker havia sido adotado como material didático para o ensino da aritmética nos primeiros anos do curso primário, no entanto, embora os relatos encontrados mostravam que as suas aulas tivessem se aproximado do que era proposto para o ensino intuitivo, não conseguimos comprovar que esse material tivesse sido utilizado dentro do grupo.

Na pesquisa feita na escola depositária denominada de escola estadual “Carlos de Castro Brasil”, situada na avenida Rio Branco, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, encontramos vários documentos no livro de ofícios que datam desde a implantação do GELA, de 1924 a 1932.

Nesse livro, com o título “Livro de Registro de Cópia de Ofícios, Ofício-Circulares Expedidos pelos Diretores do Grupo Escolar ‘Luiz de Albuquerque’”, encontramos vários ofícios expedidos a diversos órgãos, inclusive ao governo do estado de Mato Grosso (Uno), Casa de Rendas e outros. Verificamos dentre eles o pedido de materiais didáticos para serem enviados ao GELA para uso do mesmo nas aulas do ensino primário como anexo do Ofício 38 (Figura 12), de 2 de agosto de

1924, endereçado ao Exmo. Senhor Dr. Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso.

Figura 12: Relação de Objetos solicitados para o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque



Relação dos objetos solicitados para o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque de acordo com o ofício nº 35, de 2 de Agosto de 1924.

1 Bandeira nacional de 8 panos, 6 bancos para recreio, 4 banquetas para talha, 3 cortadores mecânicos, 6 compassos, 6 esquadros, 24 cx giz branco, 6 cx giz a côr, 18 livros de chamada-Grupo, 6 livros em branco, 1 mobília para a Directoria, 3 Colecções de sólidos geométricos, 4 Cartas de Parker, 2 Globos Geographicos, 1 Museo Deyroele, 2 mappas do Brasil, 2 mappas da America do Norte, 2 mappas da America do Sul, 2 mappas da Africa, 2 mappas da Europa, 2 mappas da Oceania, 2 mappas da Asia, 2 mappas do Sistema Metrico, 2 mappas A.B.C. dos termos Geographicos, 2 mappas de linguagem Arithmetica - Arnaldo, ...

Fonte: Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Nesta relação, encontramos, dentre os materiais didáticos correspondentes às outras disciplinas, materiais específicos para o ensino da Aritmética, que eram 4 Cartas de Parker, 2 Mapas do Sistema Métrico e 2 Mapas de Linguagem Aritmética. A partir dessa solicitação, percebemos que o GELA preocupou-se em lecionar de acordo com o ensino intuitivo, pois poderia fazer o uso desse material, conforme instrução contida nas próprias Cartas de Parker. Assim, encontramos vestígios de que o diretor do GELA, bem como as professoras responsáveis pelas turmas do ensino primário tinham conhecimento do método de ensino, bem como do Regulamento da Instrução Pública de 1910 e do Regimento Interno para os Grupos Escolares de Mato Grosso de 1916, a respeito dos materiais que seriam utilizados. Assim, podemos verificar os constituintes da disciplina escolar se alinhando no planejamento do ensino nos primeiros momentos de funcionamento do GELA, onde conteúdo, método e materiais didáticos se juntam para que o ensino da aritmética seja tal qual fora proposto na legislação vigente, o que comprova desde o início a difusão da Vaga Intuitiva.

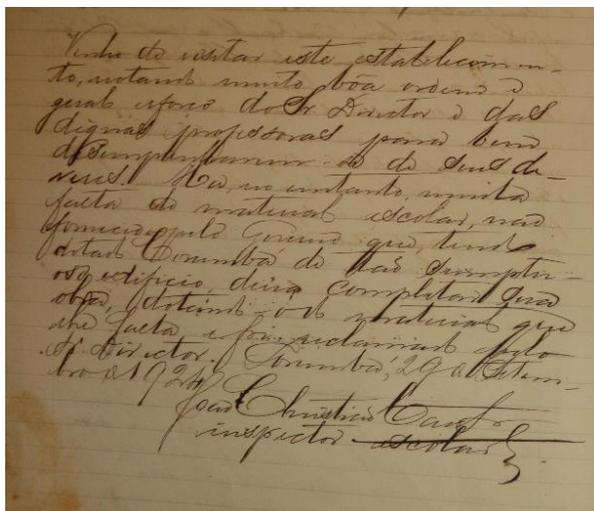
Os documentos, segundo Le Goff (2002), auxiliam na constituição da história, e aqui nos ajudam a inferir sobre a materialidade encontrada no GELA, nesse momento de institucionalização dos saberes na implantação do grupo escolar de Corumbá, e do alinhamento da escola com a legislação vigente proposta pela Instrução Pública de Mato Grosso.

A partir da análise do ofício nº 35, fomos procurar nos documentos da escola algo que nos possibilitasse confirmar o recebimento de todo esse material solicitado e seu uso em sala de aula. Pois, para nossa pesquisa, poder constatar que o GELA tivesse, no período de nossa pesquisa, feito uso das Cartas de Parker, ajudaria a entender que a aritmética, disciplina escolar, termo aqui utilizado a partir das concepções de Chervel (1990), tivesse o seu núcleo constituído com a utilização das Cartas de Parker e Mapas Aritméticos para entender que o método utilizado pelo grupo escolar, localizado nessa cidade fosse de acordo com o ensino intuitivo.

Dessa forma, analisamos o “Livro de Registro de Visitas de Inspeção e de Cortesia – Grupo Escolar Luiz de Albuquerque”, do período de 19 de março de 1924 a 19 de março de 1945, onde verificamos que no dia 20 de setembro de 1924, existe uma nota de visita do Inspetor Escolar (Figura 13), Sr. João C. Castro, falando que, apesar do GELA não receber do governador os materiais listados no anexo ao Ofício número 38, o grupo escolar é encontrado em boa ordem e grande esforço dispendido pelo Diretor José de Souza Damy para seu funcionamento. Em várias outras visitas, anotadas no mesmo livro de atas, encontramos elogios por todos os esforços do grupo escolar para que pudesse, com suas atividades, somar ao Estado a instrução proposta para o ensino primário. Impressões voltadas ao funcionamento do GELA e do trabalho de diretor e professoras que ali estavam. Tomamos algumas citações: “É com satisfação que deixo aqui a magnífica impressão que me causou a visita que acabei de fazer às diversas classes desse grupo escolar” (João Celestino, 23 de maio de 1925); “Visitando o grupo escolar da cidade de Corumbá tive da parte do seu corpo docente uma impressão de ordem, disciplina, esmero no cumprimento do dever” (Manoel Paes de Oliveira, 9 de outubro de 1926).

As citações apresentadas nesta parte comprovam dois pontos presentes na legislação de 1910 e 1916, quanto à higiene escolar e à disciplina, este último visto com o ideal de ordem. Um prédio limpo e organizado, cada um cumprindo com seu dever, mantendo a disciplina e a limpeza do prédio para as práticas escolares dos alunos e professores.

Figura 13: Registro de Inspector Escolar



Venho de visitas (a) este estabelecimento, notando muito boa ordem e geral esforço do Sr. Director e das dignas professoras para bem desempenharem-se de seus deveres. Há no entanto, muita falta de material escolar, não fornecido pelo Governo, que tendo dotado Corumbá de tão sumptuoso edifício, devia completar sua obra, dotando-o do material que lhe falta e foi reclamado pelo Sr. Director. Corumbá, 20 de Setembro de 1924.

João C. Castro  
Inspector escolar

Fonte: Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Notamos que o funcionamento administrativo do GELA estava em conformidade com o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Mato Grosso de 1916 e o Regulamento de Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1927, para a organização dos mobiliários, disciplina e higiene escolar, além do trabalho e responsabilidades inerentes aos diretores e professores do GELA.

No entanto, referente à prática em sala de aula e materiais utilizados, não nos foi possível encontrar nos documentos analisados vestígios que nos autorizassem inferir que o ensino da aritmética realmente aconteceu conforme as orientações previstas para os grupos escolares nesses anos iniciais de funcionamento.

Até os anos de 1960 na análise das atas do GELA, não foi possível identificar qual livro havia sido utilizado, conforme salienta TREVISAN (2011). Mas, ao mesmo tempo podemos inferir que os alunos não utilizaram um manual, embora estivéssemos cientes que o professor se utilizava puramente do quadro e giz em suas aulas.

### 5.1 O Ensino da matemática elementar no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Dispondo de conversas realizadas com ex-alunos do GELA e da Escola Isolada “Estrela do Oriente”, que funcionavam a cerca de uma quadra e meia de

distante uma da outra, fomos delineando caminhos percorridos pelo ensino primário em Corumbá, mais especificamente na escola pública.

Como tivemos oportunidade de olhar para os documentos pertencentes ao GELA, preferimos inferir apenas aos traços encontrados nas conversas que ajudam a entender esse movimento de ensino de aritmética nos professores que lecionavam no grupo escolar.

Em Corumbá, segundo Urquide (2019), na sua visão de criança que se encaminhava para o ingresso no ensino primário no GELA, como também visão da sociedade civil formada pela classe dos trabalhadores, não se entendeu muito bem a questão da Revolução de 1964, mas se percebia que algo de diferente estava acontecendo na cidade:

“Eu lembro que estudava em 1964 porque quando estourou a revolução eu estava indo para a escola. O exército tomou ali na Frei Mariano perto da Cabral. Ali tinha uma caixa d’água. Ali ficou tomado pelo Exército. Depois eles acabaram liberando. Mas Corumbá teve essa participação.”  
(URQUIDE, 2018)

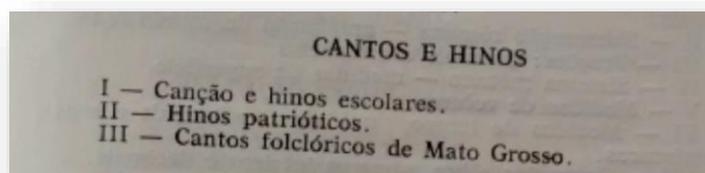
Com isso, vemos como a cultura da sociedade influencia na cultura escolar, a lembrança do momento do início das atividades escolares é reescrita na memória através de um momento da história do país, conforme traz Chervel (1990). Portanto, um fato maior da história da sociedade pode determinar a cultura escolar, o que a escola ensina.

O GELA sempre foi elogiado pela disciplina e ordem, encontrados na escola pelas pessoas que o visitavam. Na sua rotina diária a escola procurava sempre manter o zelo no cuidado com o prédio e com a prática escolar, além de cobrar dos alunos a disciplina, asseio e civismo. Ao investigarmos o cotidiano escolar do GELA, encontramos traços de como a influência da Revolução adentrou os muros da escola refletindo um nacionalismo na prática diária das filas e do canto do hino nacional, da bandeira etc. É o que nos ajuda a perceber no trecho da conversa a seguir:

Nós tínhamos que fazer fila no pátio e cantava o hino à bandeira. Era o hino nacional, era o hino do marinheiro... Também tinha vezes que a gente cantava o hino do estudante. Então nós tínhamos que cantar isso aí depois do recreio. Isso era todo dia, todo mundo na fila, bonitinho, um atrás do outro.  
(URQUIDE, 2018)

O que nos ajuda a inferir o quanto o grupo escolar estava de acordo com o Regulamento do Ensino Primário de Mato Grosso de 1962, que a escola deveria manter a ordem e a disciplina, e, que deveria acontecer o ensino de Cantos e Hinos como uma das disciplinas regulares dos alunos, conforme a Figura 14.

Figura 14: Cantos e Hinos – Parte do Programa do Ensino Primário de MT 1962



Fonte: Repositório de Santa Catarina

Isso nos ajuda a inferir sobre a rotina no GELA, com a atividade no pátio, local onde se organizavam as filas para as atividades cívicas da escola, mas também para os comunicados que eram passados pelo diretor da escola, “às vezes, ele fazia lá de cima, outras vezes ele descia e falava com a gente no pátio” (Urquide, 2018), mostrando um contato muito próximo do diretor da escola com os alunos. Além dessa proximidade e pelo modelo do prédio com dois andares e um pátio, em sua organização a escola possuía um porteiro com a responsabilidade de cuidar a entrada e saída, não só dos alunos, mas das pessoas que frequentavam o prédio. Quando na falta desse porteiro, por motivo de licença, a escola se organizava para que outra pessoa o substituísse, assim vemos o zelo atribuído no cuidado com os alunos, professores e comunidade que se utilizava desse prédio escolar.

É um prédio encantador, onde quem entra se depara com uma escada que o leva para o primeiro andar do prédio, onde se encontra uma sacada de onde o diretor podia ver os alunos e falar com eles, conforme narrativa de Urquide (2018).

As salas de aula não possuíam ventiladores, eram muito amplas e arejadas (Paiva, 2019), e não possuíam um piso elevado para o professor, ficavam todos no mesmo piso. Com janelas bem grandes os ventos entravam de todos os lados nas salas e as deixaram sempre frescas. O piso do prédio era de taco e “as escadas, a gente gostava de ficar subindo por elas pois faziam um barulhinho” (Paiva, 2019). Nesses recortes de lembranças de alunos podemos perceber alguns detalhes da

arquitetura do prédio e de como isso ficou gravado na memória, de como um taco de madeira se enche de tamanho sentimento ao descrever o espaço da sala de aula, escada, pátio e corredores do GELA.

Mais uma vez se destaca a forma como o prédio foi construído, com salas amplas e ventiladas e aqui podemos verificar que o prédio está de acordo com os requisitos propostos pelo Regulamento de 1927 (Figura 15) que lista que:

Figura 15: Exigências para o funcionamento dos prédios escolares – Regulamento de Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso - 1927

Art. 86 – Os prédios escolares preencherão tanto quanto possível, as condições de:

- I) capacidade;
- II) situação em relação ao solo e à vizinhança;
- III) ventilação;
- IV) iluminação;
- V) instalações sanitárias.

Fonte: Repositório de Santa Catarina

Figura 16 - Grupo Escolar Luiz de Albuquerque



Fonte: Arquivo em mídia ILA

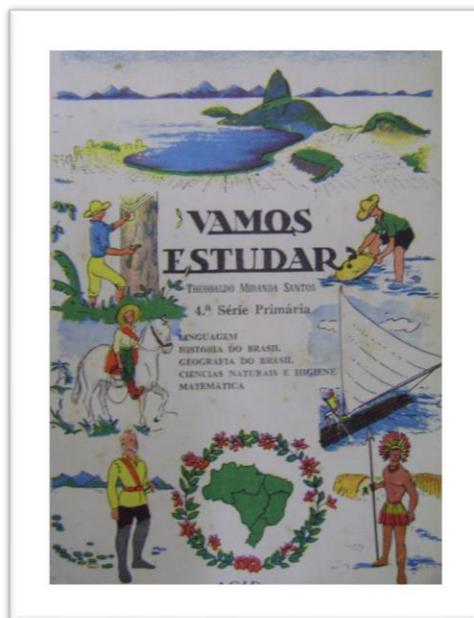
Além de descrever o espaço da fila, onde o diretor da escola falava com os alunos, a partir do andar superior do prédio. Esses traços da cultura escolar relatado pelos alunos nos mostram como as atividades escolares vivenciadas ainda na infância, conforme cursava as séries primárias, ainda estão vivas na memória de ex-alunos e nos ajudam a perceber traços que não aparecem nos livros atas da escola, o que se justifica a partir de Chervel (1990) quando afirma que a cultura escolar é verificada quando podemos então analisar o que permaneceu dos traços da aprendizagem do aluno, como também da convivência, dos traços da escola, dos costumes da época e tudo que auxilia a constituir as lembranças do ensino praticado, conforme vemos a seguir nas memórias de mais um relato de Urquide (2018), quando descreve as aulas de aritmética:

O ensino e o material usado que eu me lembro era mais no quadro, era escrito e a gente copiava, copiava, copiava o tempo todo. (...) Na nossa época, era aquela coisa pura mesmo, exemplo, exercício, problema, exemplo, exercício, problema. De material didático muito pouco. Existiam livros, mas eles eram bastante caros para quem tinha uma família grande, mas, às vezes, os pais se esforçavam para comprar para a gente. (URQUIDE, 2018)

Ele nos conta que havia um livro, que era o mesmo que se usava em todas as séries, todos os anos (descreveu assim se referindo às capas que eram iguais todos os anos), no entanto, nas aulas não havia nada de diferente no ensino da aritmética. Segundo ele, o professor chegava e escrevia no quadro. A prática utilizada para o ensino da aritmética era a partir de coisas do dia a dia: “ensinava conforme aquilo que a gente usava todo dia em casa, no mercado”. Mas não tinha nenhum instrumento que o professor utilizava para diferenciar na sua aula.

A partir desses traços e conforme nos conta Paiva (2019), que estudou no GELA, nos anos de 1972 a 1974, o livro utilizado no grupo nesse período descrito por Urquide (2018) e por sua experiência escolar, foi o livro “Vamos estudar”, de Theobaldo Miranda Santos. O qual ela descreve como um livro com pouquíssimas figuras, um papel de jornal nas folhas de dentro, onde estavam as lições que estudaria durante cada ano. Isso nos ajuda a inferir sobre a prática do ensino na Vaga da Escola Nova, com as memórias de Urquide (2018) e Paiva (2019).

Figura 17 – Capa do livro Vamos Estudar – Theobaldo Miranda Santos



Fonte: Repositório de Santa Catarina

Ao analisar o que nos foi dito por Urquide (2018) e Paiva (2019) sobre o ensino de aritmética no GELA, conforme a prática do ensino voltado para o cotidiano, com exemplos e problemas propostos e a circulação do livro “Vamos Estudar” de Theobaldo Miranda Santos, temos fortes indícios de que a matemática a ensinar nesse período de 1960 a 1974, era pertencente à Vaga da Escola Nova.

Ainda se via muito presente as orientações contidas no Regulamento de Instrução Pública do Estado de Mato Grosso de 1942, sobre a Organização do Ensino Primário e Normal, naquilo que era exclusivo dos Grupos Escolares, como orientação geral para o ensino:

“Os professores observarão em seu trabalho educativo, entre outras, as seguintes normas básicas: a) passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido; b) farão o mais largo emprego da intuição. c) conduzirão a classe, às regras e às leis, pelo caminho da indução; d) conservarão de vista a finalidade educativa e procurarão o melhor caminho para alcançá-la; e) empregarão no ensino da leitura, o método analítico; f) estudarão os seus alunos para os conduzir de acordo com as capacidades de cada um; g) promoverão pela instrução o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades infantis; h) transformarão os seus alunos em colaboradores; i) tornarão as suas lições interessantes; j) educarão pela palavra e pelo exemplo; l)

evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e a ciência pedagógica (Artigo 91 do Decreto Citado).”  
(MATO GROSSO, 1942, P. 9)

Ao analisar o tamanho das salas de aula, segundo Paiva (2019), o espaço do professor tinha uma mesa e um quadro negro, no mesmo piso dos alunos, não havia um local mais alto para o professor. A sala grande poderia ter pelos menos 30 alunos. Dessa forma, vimos que está de acordo com a proposta de que as classes de grupos escolares terão no mínimo 30 alunos, conforme traz a instrução de 1942.

Figura 18: Sala de aula do GELA



Fonte: Acervo do GELA – Processo Escolar

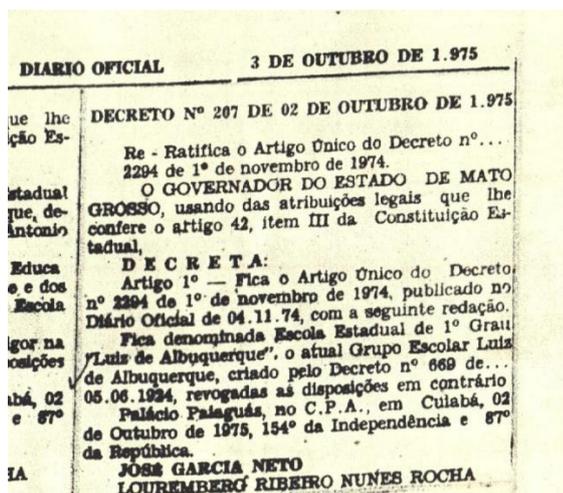
No entanto, a fim de verificar se a aritmética que circulou nas escolas públicas de Corumbá nesse período de nossa pesquisa, vimos, conforme Lima (2018), que a Escola Reunida “Estrela do Oriente”, distante a 200 metros do GELA, também havia adotado o mesmo livro para o ensino primário, “Vamos Estudar”, de Theobaldo Miranda Santos. O que nos ajuda inferir que esse livro teve uma boa circulação nas escolas públicas do município. Segundo Lima (2018), como as escolas eram muito próximas, durante o recreio, as crianças que estudavam na escola “Estrela do Oriente” se deslocavam até o GELA para comprar o lanche, dessa forma havia um contato muito próximo entre os alunos de ambas as escolas, e as informações sobre as classes e os cursos eram trocadas com a maior naturalidade. Assim, era possível saber o que cada escola ensinava e o que cada aluno aprendia.

Em 1974, pelo Decreto nº 2294, o Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque passa a ser denominado Escola Estadual de 1º Grau “Luiz de Albuquerque”. Essa nova denominação se deve às mudanças ocorridas nas denominações do ensino primário e ensino secundário que, conforme a lei de diretrizes e bases da educação LDB nº 5692/1971, traz em seus artigos 1º e 2º, e que os Estados da Federação passam a adequar as escolas sob sua responsabilidade:

ART. 1 .0 - O ensino de 1.º e 2.º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. § 1.0 - Para efeito do que dispõem os Arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau. § 2.º - O ensino de 1.º e 2.º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional. ART. 2.º - O ensino de 1 .0 e 2.0 graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

(BRASIL, 1971)

Figura 19: Decreto de denominação da Escola Estadual de 1º Grau “Luiz de Albuquerque”



Fonte: Acervo do GELA – Processo Escolar 1977

A implantação do novo sistema de ensino, de 1º e 2º graus (Figura 19), de certa forma, demorou, no entanto, seguia conforme a orientação prevista nas disposições transitórias da própria LDB 5692/1971:

ART. 72 - A implantação do regime instituído na presente lei far-se-á progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema de ensino, com observância do Plano Estadual de Implantação que deverá seguir-se a um planejamento prévio elaborado para fixar as linhas gerais daquele, e disciplinar o que deva ter execução imediata.

No ano de 1976, chega à Escola Estadual de 1º grau “Luiz de Albuquerque”, os livros enviados pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura, através do PLIDEF – Plano do Livro Didático do Ensino Fundamental (Figura 20), numa proposta adotada pelo governo de subsidiar boa parte dos livros didáticos a serem utilizados nas escolas, o livro “A nova matemática”, de Arnaldo Niskier e Beatriz Helena Magno.

Figura 20: Nota Fiscal PLIDEF 76/77

CODIGO	TITULO	QTD	UNID	VALOR
0001	LIVRO DE MATEMATICA 1º ANO	1000	UNID	100,00
0002	LIVRO DE MATEMATICA 2º ANO	1000	UNID	100,00
0003	LIVRO DE MATEMATICA 3º ANO	1000	UNID	100,00
0004	LIVRO DE MATEMATICA 4º ANO	1000	UNID	100,00
0005	LIVRO DE MATEMATICA 5º ANO	1000	UNID	100,00
0006	LIVRO DE MATEMATICA 6º ANO	1000	UNID	100,00
0007	LIVRO DE MATEMATICA 7º ANO	1000	UNID	100,00
0008	LIVRO DE MATEMATICA 8º ANO	1000	UNID	100,00
0009	LIVRO DE MATEMATICA 9º ANO	1000	UNID	100,00
0010	LIVRO DE MATEMATICA 10º ANO	1000	UNID	100,00
0011	LIVRO DE MATEMATICA 11º ANO	1000	UNID	100,00
0012	LIVRO DE MATEMATICA 12º ANO	1000	UNID	100,00
0013	LIVRO DE MATEMATICA 13º ANO	1000	UNID	100,00
0014	LIVRO DE MATEMATICA 14º ANO	1000	UNID	100,00
0015	LIVRO DE MATEMATICA 15º ANO	1000	UNID	100,00
0016	LIVRO DE MATEMATICA 16º ANO	1000	UNID	100,00
0017	LIVRO DE MATEMATICA 17º ANO	1000	UNID	100,00
0018	LIVRO DE MATEMATICA 18º ANO	1000	UNID	100,00
0019	LIVRO DE MATEMATICA 19º ANO	1000	UNID	100,00
0020	LIVRO DE MATEMATICA 20º ANO	1000	UNID	100,00
0021	LIVRO DE MATEMATICA 21º ANO	1000	UNID	100,00
0022	LIVRO DE MATEMATICA 22º ANO	1000	UNID	100,00
0023	LIVRO DE MATEMATICA 23º ANO	1000	UNID	100,00
0024	LIVRO DE MATEMATICA 24º ANO	1000	UNID	100,00
0025	LIVRO DE MATEMATICA 25º ANO	1000	UNID	100,00
0026	LIVRO DE MATEMATICA 26º ANO	1000	UNID	100,00
0027	LIVRO DE MATEMATICA 27º ANO	1000	UNID	100,00
0028	LIVRO DE MATEMATICA 28º ANO	1000	UNID	100,00
0029	LIVRO DE MATEMATICA 29º ANO	1000	UNID	100,00
0030	LIVRO DE MATEMATICA 30º ANO	1000	UNID	100,00
0031	LIVRO DE MATEMATICA 31º ANO	1000	UNID	100,00
0032	LIVRO DE MATEMATICA 32º ANO	1000	UNID	100,00
0033	LIVRO DE MATEMATICA 33º ANO	1000	UNID	100,00
0034	LIVRO DE MATEMATICA 34º ANO	1000	UNID	100,00
0035	LIVRO DE MATEMATICA 35º ANO	1000	UNID	100,00
0036	LIVRO DE MATEMATICA 36º ANO	1000	UNID	100,00
0037	LIVRO DE MATEMATICA 37º ANO	1000	UNID	100,00
0038	LIVRO DE MATEMATICA 38º ANO	1000	UNID	100,00
0039	LIVRO DE MATEMATICA 39º ANO	1000	UNID	100,00
0040	LIVRO DE MATEMATICA 40º ANO	1000	UNID	100,00
0041	LIVRO DE MATEMATICA 41º ANO	1000	UNID	100,00
0042	LIVRO DE MATEMATICA 42º ANO	1000	UNID	100,00
0043	LIVRO DE MATEMATICA 43º ANO	1000	UNID	100,00
0044	LIVRO DE MATEMATICA 44º ANO	1000	UNID	100,00
0045	LIVRO DE MATEMATICA 45º ANO	1000	UNID	100,00
0046	LIVRO DE MATEMATICA 46º ANO	1000	UNID	100,00
0047	LIVRO DE MATEMATICA 47º ANO	1000	UNID	100,00
0048	LIVRO DE MATEMATICA 48º ANO	1000	UNID	100,00
0049	LIVRO DE MATEMATICA 49º ANO	1000	UNID	100,00
0050	LIVRO DE MATEMATICA 50º ANO	1000	UNID	100,00

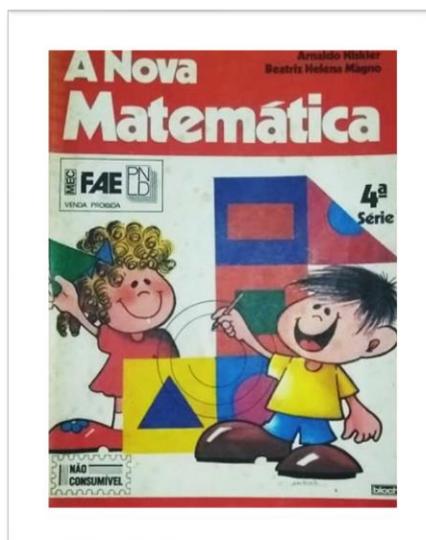
**ATENÇÃO**  
CONFIRMA CUIDADOSAMENTE OS LIVROS RECEBIDOS, VERIFICANDO OS TITULOS E RESPECTIVAS QUANTIDADES. SE ENCONTRAR DIFERENÇAS, RELACIONAIS E ASSINE EM VÍDEO DE TODAS AS VIAS, CASO CONTRÁRIO CONSERVA A EXATIDÃO DO RECEBIMENTO AO QUANTO AO LADO.

Fonte: Acervo GELA

Segundo proposta do MEC, esse livro didático seria utilizado nos anos de 1976 e 1977, nas séries de 1ª a 4ª séries do primeiro grau.

Assim, propusemo-nos verificar o livro que seria adotado nesses próximos anos na escola.

Figura 21: A Nova Matemática 4ª série



Fonte: Arquivo Pessoal

Um livro cheio de cores e figuras que procura idealizar a novidade que traz no seu título “A Nova Matemática” (Figura 21), proposta que chega junto à Vaga do Movimento da Matemática Moderna, que teve a sua grande difusão no Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

Assim, auxiliados pelas questões levantadas pelo professor Luiz Carlos Pais em nosso estudo no GHEPEME, a partir do texto de Alves (2012) que reflete a evolução histórica do ensino, onde a temporalidade define uma dimensão do ensino que propõe que o que hoje estudamos ou ensinamos derivam de ensino e construções de pensamentos e ciências de vários momentos históricos presentes num mesmo tempo, ou seja, ensinamos hoje o produto de conhecimentos de vários tempos passados juntos. No que se refere à matemática, ocorre a mesma coisa, no entanto, ali também percebemos que existem conteúdos que se ensinavam de uma determinada forma no passado mas nos dias atuais, apesar de ainda fazerem parte do currículo, são ensinados de forma diferente do passado, assim, segundo Paes (2018), é importante a reflexão sobre alguns pontos negros, ou memórias subterrâneas no ensino, conforme traz Alves (2012), que seriam pontos de partidas para estudos futuros a fim de entender o ensino da matemática e a sua evolução, ou a sua relação com o passado.

Dessa forma, sentimo-nos bastante motivados em analisar o ensino de frações conforme aconteciam no período de nosso estudo a partir da obra de

Theobaldo Miranda Santos, como conteúdo do ensino de aritmética da 4ª série do ensino primário no GELA, que, no em momentos finais do nosso estudo passa a ser denominada Escola Estadual de 1º grau “Luiz de Albuquerque”.

## 5.2 “Vamos Estudar”, análise do livro e ensino de frações

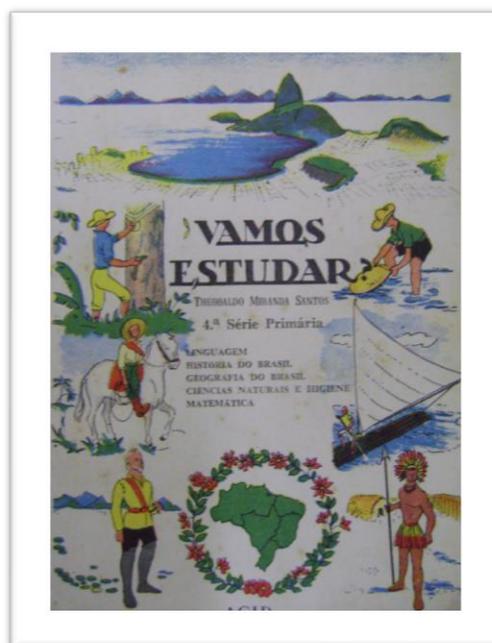
A obra de Theobaldo Miranda Santos intitulada “Vamos Estudar” é uma publicação da editora Agir. Nesse livro encontramos os conteúdos a serem ensinados nas disciplinas de Linguagem, História do Brasil, Geografia do Brasil, Ciências Naturais e Higiene e Matemática, conforme a orientação do Regulamento de Instrução Pública para o Ensino Primário para o Estado de Mato de 1942, na seção referente aos grupos escolares.

A capa do livro, impressa em papel cartolina, um pouco mais fino que o papel cartão, revela que o livro foi produzido a um baixo custo, com finalidade de maior difusão para o ensino. Produzida com poucas cores, fundo branco, a capa é emoldurada com desenhos que lembram culturas regionais do Brasil, assim, temos presente na obra o nacionalismo almejado pela Constituição Brasileira de 1946, e o que procura ligar o ensino ao cotidiano como uma das características escolanovista. Ao alto vemos o que nos lembra o Pão-de-açúcar, ponto turístico do Rio de Janeiro, na lateral esquerda descendo temos a imagem do seringueiro, lembrando a atividade econômica da extração da borracha, economia forte do Norte e depois do Centro Oeste nas décadas de 1930 e 1940, movida também pela necessidade do Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Logo abaixo, temos a imagem do cavaleiro, que lembra a atividade da pecuária e dos latifúndios, muito presentes nas várias regiões do país, mas principalmente no Centro Oeste, na região do estado de Minas Gerais e posteriormente Mato Grosso.

Na lateral direita temos a imagem do garimpeiro, lembrando a atividade de extração do ouro; a busca pelo ouro e as atividades de colonização ocorridas no Norte e Centro Oeste brasileiro. Logo abaixo temos atividade do pescador, lembrando os povos ribeirinhos e a atividade pesqueira.

Na parte de baixo, temos a imagem do colonizador e do índio (colonizado) e o selo com o mapa do Brasil, mostrando que o Brasil se fez a partir da união dos povos colonizadores e colonizados. Trazendo também o nome da editora.

Figura 22: Capa do livro Vamos Estudar – Theobaldo Miranda Santos



Fonte: Repositório de Santa Catarina

Na parte lateral do livro vem escrito em preto o nome da obra e a série, no caso do livro que estamos analisando, 4ª série.

Na contra capa do livro aparece de novo o nome da obra “Vamos Estudar?” e logo abaixo 4ª série Primária. Vem com uma assinatura e o ano de 1964 escritos em tinta azul. A página seguinte traz uma lista de obras do autor para o Ensino Primário, Curso de Admissão, Curso Secundário, Curso Comercial, Curso Normal e Faculdade de Filosofia.

A ficha técnica apresenta o autor Theobaldo Miranda Santos como professor catedrático do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, colocando mais uma vez o nome da obra, a série e as disciplinas contidas. Ainda afirma que a obra está de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, sendo o exemplar pertencente à 86ª edição, o que nos ajuda inferir sobre o quanto esta obra possa ter circulado pelo país pela quantidade de exemplares e reedições impressos. Ainda nesta parte traz a observação de “uso autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura. Registro nº 2340”, confirmando que a obra era indicada pelo MEC. O ano de 1965, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro são os registros que finalizam esta página.

As folhas que compõem a obra são impressas em papel estilo jornal, e se apresentam amareladas e com marcas do tempo e marcas de uso. Em alguns pontos aparece ruído nas pontas em função da idade do livro.

A obra apresenta um índice geral que vai especificando os conteúdos de cada parte das disciplinas e as suas páginas correspondentes. A parte da matemática está presente no capítulo VI da obra e se intitula matemática, onde apresenta os seguintes conteúdos:

Figura 23: índice Geral – VI Matemática – Parte I

VI – MATEMÁTICA	
Numeração. Numeração falada. Numeração escrita .....	169
Numeração romana ...	173
Multiplicação .....	174
Divisão .....	179

- 7 -

Fonte: Acervo Repositório de Santa Catarina

O índice apresenta o conteúdo de matemática a partir de Numeração na página 169. Em seguida apresenta Numeração romana, multiplicação e divisão.

Figura 24: índice Geral – VI Matemática – Parte II

Divisibilidade .....	183	Medidas de comprimento .....	207
Números primos .....	184	Medidas de superfície ..	208
Máximo divisor comum	186	Medidas agrárias .....	210
Mínimo múltiplo comum .....	188	Cálculo da área .....	210
Frações ordinárias .....	190	Medidas de volume ...	211
Operações sobre frações ordinárias .....	194	Medidas de capacidade	213
Frações decimais .....	200	Medidas de massa ...	214
Operações sobre frações decimais .....	202	Sistema monetário brasileiro .....	215
Conversão de frações ordinárias em decimais e vice-versa .....	205	Regra de três .....	216
Sistema métrico decimal .....	206	Porcentagem .....	218
		Juros .....	219
		Noção de câmbio .....	220
		Medida de ângulos ...	221
		Estudo da circunferência .....	223

Fonte: Acervo do Repositório de Santa Catarina

Na página seguinte do índice inicia com o conteúdo de divisibilidade, número primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Logo a seguir anuncia o estudo das frações, sistema métrico decimal, sistema de medidas, sistema monetário, regra de três, porcentagem, juros, câmbio, medida de ângulos e estudo da circunferência.

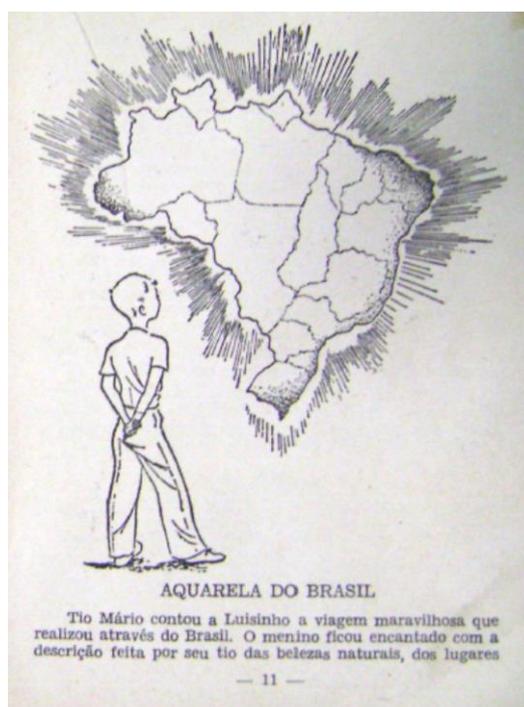
Ao observar os conteúdos apresentados na disciplina de matemática, verificamos que a obra traz o elenco de conteúdos de aritmética e geometria, além do conhecimento de sistema de medidas, sistema monetário, operações como regra de três, porcentagem, juros e câmbio.

Na parte que queremos aqui analisar a obra nos apresenta: Frações ordinárias, operações sobre frações ordinárias, frações decimas, operações sobre frações decimais e conversão de frações ordinárias em decimais e vice-versa.

Na página seguinte o autor traz o Prefácio, apresentando a obra e afirmando que ela contém trechos para leitura com motivos brasileiros, com inspirações na vida e nas tradições do povo brasileiro.

Em seguida, traz uma ilustração de uma criança vislumbrando o mapa do Brasil todo radiante com o tema “Aquarela do Brasil” (Figura 25).

Figura 25: Aquarela do Brasil



Fonte: Acervo do Repositório de Santa Catarina

Ao ensinar frações, a obra traz a definição que o autor tem sobre frações da seguinte forma: “Fração é uma ou mais partes da unidade considerada, dividida em partes iguais.”, uma linguagem bem clara e objetiva que logo é exemplificada descrevendo de forma prática que se cortando uma laranja em quatro partes iguais, cada parte é uma fração da laranja. Traz uma linguagem fácil de entender, utilizada no cotidiano, onde dizemos que a fração é um pedaço ou parte de alguma coisa. Tudo isso para aproximar a criança do real, a partir do exemplo da laranja, para depois abstrair, a construção do algoritmo ou representação simbólica da fração.

Em seguida ele descreve o algoritmo de fração, denominando os termos da fração como numerador e denominador separados por um traço. Localizando cada um deles no algoritmo e a função de cada um na fração.

Após apresentá-los, o autor ensina a leitura de fração com um único exemplo, classificando, em seguida, fração própria e imprópria e exemplificando. Também ele traz exemplo considerando a fração com quociente da divisão, sendo o numerador o dividendo e o denominador o divisor. Então, temos uma consideração importante ao igualar fração à divisão.

Tudo é apresentado de uma maneira muito rápida, para mostrar sem se prender em exemplos.

Quando traz o conteúdo de operações com frações, procura fazê-lo de forma bem sucinta, com regras que viram procedimentos a serem seguidos. Aqui tenho a impressão de que a forma como o autor escreve seria para facilitar a explicação dos professores que lecionam no ensino primário, sem muita teoria, tudo muito direto, pragmático.

Na adição de frações ele procura ensinar dois casos, quando os denominadores são iguais e quando os denominadores são diferentes e apenas um exemplo em cada um deles, na página 194. No entanto, nota-se a ausência das páginas 195 e 196. Na página 197, a obra traz o 3º caso de multiplicação de frações, que seria a multiplicação de números mistos.

Ao verificar como o autor ensina a divisão de frações, mais uma vez me deparo com as regras de como fazer. Dessa forma, vem-me novamente a questão de pontos obscuros na educação, o que levou a ensinar dessa maneira. De onde provêm essas regras, pois o autor não traz nenhuma explicação ou demonstração, ou motivo, o porquê de se fazer dessa forma e não outra. São questões que me foram

apresentadas e que, procuro verificar nesta obra se, de alguma forma, o autor nos pudesse esclarecer.

Para esse exercício de explicação, faço uso da regra que encontra-se no terceiro caso, divisão de fração por fração, descrita na página 197, onde o autor descreve a seguinte regra: “Multiplica-se a fração dividendo pela fração divisora invertida”, em seguida coloca um exemplo em algoritmo, transformando o resultado em fração mista.

Figura 26: “Vamos Estudar” – Divisão de Frações

3.º Caso. — Divisão de fração por fração. Regra: Multiplica-se a fração dividendo pela fração divisora invertida.  
Exemplo:

$$\frac{5}{8} \div \frac{3}{7} = \frac{5 \times 7}{8 \times 3} = \frac{35}{24} = 1 \frac{11}{24}$$

Fonte: Repositório de Santa Catarina

Na figura 26, mais uma vez o autor descreve os procedimentos a serem seguidos e os exemplifica apenas.

Nas atividades apresentadas no livro, temos duas situações: a primeira apresenta exercícios para fixação das regras aprendidas; a segunda traz problemas a serem resolvidos, que trazem traços do cotidiano das pessoas. A partir dos problemas o autor procura aproximar ao máximo o conteúdo ensinado da realidade das pessoas, conforme o regulamento de instrução do ensino primário de Mato Grosso de 1942 traz. No entanto, não está conforme a LDB 5692/1971, tampouco com a Vaga do Movimento da Matemática Moderna que circulava em âmbito nacional desde a década de 1960.

Conforme nos mostra Valente (2008), através do livro didático adotado em cada momento histórico se é possível conhecer muito da história do ensino da matemática. Assim, percebemos que o livro “Vamos Estudar” reflete a partir da sua obra os ideais escolanovistas presentes na maior parte do interior do Brasil, até meados do 1970. Uma vez que, os ideais do Movimento da Matemática Moderna não

foram introduzidos na mesma época no país inteiro. Conforme nos afirma Valente (2008), não podemos dizer exatamente que uma vaga pedagógica substitui outra, pois existe um momento de transição, em que duas vagas podem estar presentes num mesmo momento, num mesmo lugar. A mudança acontece aos poucos.

Uma questão que ainda não foi respondida nesse trabalho é sobre os pontos negros no ensino da matemática, no tocando ao ensino de divisão de frações, justamente quando tentamos encontramos os motivos que aplicamos tal regra de divisão conforme nos é apresentada na obra de Theobaldo Miranda Santos. De onde vem essa regra, como é possível demonstrar essa maneira de dividir e qual o motivo de, em determinado momento acharmos que não há necessidade de se explicar o processo e sim difundir uma regra apenas.

## Capítulo 6 – Considerações finais

Procurando analisar os aspectos históricos relacionados ao ensino da Matemática Elementar em estabelecimentos de ensino de Corumbá, fizemos um estudo geral sobre as referências para o ensino da matemática elementar em Corumbá. Assim, procuramos analisar artigos de jornais encontrados na hemeroteca onde três situações nos foram apresentadas.

A primeira análise que procuramos fazer foi sobre a matemática elementar para concursos, para isso analisamos artigos de “O Pharol” (1908), “Automista (1908) e “Correio do Estado” (1909) que falavam sobre o acesso para guarda da alfândega, Telégrafos e Arsenal de Guerra.

A partir do que observamos nos documentos, podemos considerar que a matemática elementar para acesso por concursos públicos a cargos para guarda da alfândega, Telégrafos e Arsenal de Guerra era a matemática ensinada no curso elementar do primário, apenas para alguns cargos do Arsenal de Guerra era exigido conhecimentos matemáticos relacionados ao curso complementar.

Isso conseguimos verificar quando observamos que a admissão do operário de 3ª para a 2ª classe precisava “saber, pelo menos, ler, escrever e contar, e ter noções de desenho geométrico e metrologia” (p.44) e um aprendiz de 2ª classe precisava “saber ler, escrever e contar”.

Os cargos de escreventes das oficinas eram preenchidos somente através de concurso público, onde verificamos que a matemática a ensinar exigida para o cargo baseava-se em “conhecimento da arithmetica até proporções e noções de desenho geométrico” (p.44).

Nos cargos para amanuenses a matemática escolar necessária para o acesso via concurso era ter “conhecimentos dos systema de pesos e medidas, reducccões de moedas, descontos etc.” além do “conhecimento de álgebra até equações do 2º grão” (p.46).

Assim, conseguimos verificar que apenas para o cargo de amanuense se fazia necessário o conhecimento escolar do ensino secundário, em matemática. Para os outros cargos de operário, aprendiz e escrevente, o concurso solicitava os conhecimentos do ensino primário, ou seja, a matemática elementar ensinada nas escolas primárias, conforme o Regulamento de Instrução Primária de 1896 do Estado de Mato Grosso.

Aqui podemos analisar que a finalidade da Matemática Elementar para concurso nos cargos do Arsenal de Marinha, segundo Chervel (1990), era verificar se o candidato estava apto para exercer a função ou cargo nas repartições do respectivo arsenal. Os conhecimentos exigidos nos exames de promoção ou admissão para os cargos oferecidos no Decreto de 1907 para o Arsenal de Marinha de Mato Grosso são frutos de amplo estudo das habilidades necessárias que um ocupante do cargo precisa. Essas habilidades podem ter definido o conteúdo a ser cobrado nos exames de admissão do Arsenal de Marinha, como também a matemática a ensinar, conforme Hoffsteter & Valente (2017), para as escolas preparatórias dos cursos de admissão para ele.

No anúncio feito pelo Colégio Salesiano Santa Teresa, podemos verificar o interesse da sociedade em que os funcionários do comércio, agências e repartições públicas, ou Arsenal de Marinha tivessem uma formação específica, capaz de auxiliar corretamente no atendimento, escrituração e cálculos. Uma vez que, se há um curso específico sendo oferecido pela escola, o que se pode imaginar é que a sociedade viu a necessidade de que seus operários fossem melhor preparados para a sua atuação nas casas comerciais, agências e repartições públicas que ali funcionavam. O que, segundo Chervel (1990), podemos ver que a finalidade da escola noturna era preparar o aluno para a atuação nessas agências, com os estudos de matérias específicas, conforme o anúncio de aulas de “português, aritmética, francês e escrituração mercantil”. Da mesma forma, os “treineiros” eram preparados especificamente para aprovação em um determinado concurso, conforme o conteúdo escolar exigido e ditado pela sociedade para a escola.

Esses testemunhos obtidos através de artigos e anúncios encontrados na Hemeroteca Brasileira, segundo Le Goff (2002), tornam-se documentos que nos auxiliam na compreensão da importância do estudo da Matemática Elementar para concursos no período compreendido entre os anos de 1908 a 1914 no Estado de Mato Grosso, tendo como ponto principal a cidade de Corumbá. Esses documentos auxiliam na análise de quais eram os conteúdos exigidos nos concursos públicos nesse período em estudo, e como se constituíram as aulas noturnas para os candidatos às vagas oferecidas para os cargos públicos, principalmente, na cidade de Corumbá. A matemática a ensinar nas aulas noturnas oferecidas pelo Colégio Salesiano Santa Teresa na cidade de Corumbá, em 1908, e pelo professor particular na cidade de Cuiabá, em 1914, ajudam a inferir que nesse período havia uma

matemática voltada para habilitar os candidatos às vagas de cargos públicos, com a finalidade de prepará-los conforme a necessidade exigida pelo setor para sua efetivação no cargo e de acordo com o Regulamento de Instrução de Ensino Primário do Estado de Mato Grosso de 1896. Contudo, não podemos inferir que somente essas aulas eram suficientes para ensinar toda a Matemática Elementar para concursos públicos conforme os editais e anúncios que analisamos.

Quanto ao ensino tradicional, que foi mencionado no artigo “Instrução Pública” apresentado no capítulo 3, sobre o ensino da tabuada e as lições cantadas, mostrou-se claro o anseio da população em investimentos na instrução pública primária, com modernização do método de ensino e a criação de um grupo escolar em Corumbá. O texto ainda aponta que “É fora de dúvida que Corumbá está exigindo a fundação de um grupo escolar”, falando não só pela modernidade no ensino, mas pela estrutura do prédio e pela grande quantidade de crianças em idade escolar que não tinham acesso ao ensino primário, não frequentavam uma escola.

Segundo o artigo, o governo do estado, ao analisar todos os resultados obtidos com esse modelo escolar implantado no estado de São Paulo resolveu contratar especialistas em São Paulo para promover a implantação desse novo modelo de Instrução Primária no estado de Mato Grosso. O que nos ajuda a inferir que era proposta do governo contemplar a criação de um grupo escolar na cidade de Corumbá, nos moldes descritos até então.

Os anos seguintes à instalação do grupo escolar de Corumbá não receberam a devida atenção almejada e necessária para o ensino primário, pois, ainda na década de 1945, a cidade de Corumbá contava com apenas duas escolas públicas, uma escola reunida e um grupo escolar, conforme constatamos no capítulo 4 (p. 60), ao falar sobre a falta de verbas para a instrução pública no estado e as tentativas de acabar com o analfabetismo.

Como nosso principal resultado vimos que para o ensino no Grupo Escolar, o método de ensino baseado no ensino intuitivo, seria o diferencial em relação ao que era no tempo do Império, pois melhor se adaptava aos ideais republicanos, adotado pelos governadores quando implantaram o sistema de ensino denominado Grupo Escolar, pois, era a “tentativa de concretização de uma escola supostamente melhor, em um país que pouco havia mudado com a passagem do regime monárquico para o republicano”.

Ao analisar a matemática elementar ensinada no GELA, em suas últimas décadas de funcionamento, a partir dos livros que circularam na escola. Podemos destacar algumas observações levantadas:

A obra “Vamos estudar”, traz consigo todo o conteúdo que deverá ser estudado em cada disciplina, com apenas exemplos necessários para a explicação do professor. É um livro que reflete bastante as características do movimento da Escola Nova, trazendo desde a capa um sentimento nacionalista e um cuidado com a higiene. Além disso, a obra procura mostrar, de forma bem objetiva, os passos para a resolução de um determinado conteúdo. Mostrando de forma prática para que o professor possa auxiliar o aluno em sua aprendizagem. É um livro com muitas características do ensino prático e ativo.

Acreditamos que todo esse esforço em procurar analisar os aspectos históricos relacionados ao ensino da matemática elementar em estabelecimentos de ensino em Corumbá seja uma boa contribuição ao estudo do ensino da matemática elementar no estado de Mato Grosso.

Uma questão que ainda não foi respondida nesse trabalho é sobre os pontos negros no ensino da matemática, no tocando ao ensino de divisão de frações, justamente quando tentamos encontramos os motivos que aplicamos tal regra de divisão conforme nos é apresentada na obra de Theobaldo Miranda Santos. De onde vem essa regra, como é possível demonstrar essa maneira de dividir e qual o motivo de, em determinado momento acharmos que não há necessidade de se explicar o processo e sim difundir uma regra apenas.

## Capítulo 7 – Referências bibliográficas

ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de. Ensino de matemática nas séries iniciais no estado de Mato Grosso (1920-1980): Uma análise das transformações da cultura escolar. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, PR. Dezembro, 2010

ALVES, Claudia. O educador e sua relação com o passado. Educação Matemática em Revista – Belo Horizonte. v. 28 – nº 03, pp. 205-217, set. 2012.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Arquitetura dos edifícios da escola pública no Brasil (1870-1930): construindo os espaços para a educação. Tese de Doutorado. UFMS. Campo Grande – MS. 2010.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F (Orgs). Álbum Gráfico de Mato Grosso. Campo Grande: IHGMT, [1914] 2011

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BNDIGITAL. Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. 2019.

BOBADILHA, Thierry Rojas. Educação primária no sul de Mato Grosso: o grupo escolar de Bataiporã – MT (1955-1974). Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados/MS. 2016.

BRITO, Sílvia H. Andrade de. Educação e Sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954). Tese de doutorado. Campinas – SP. 2001.

CHERVEL, A. As histórias das disciplinas escolares. Reflexões sobre um domínio de pesquisa. In: Teoria & Educação. Porto Alegre: n.2, 1990a.

CUNHA, Claudiani Ferreira da. Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã-MT: uma contribuição para a história das instituições educativas (1953-1974). Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados/MS. 2015.

FIGUEIREDO, Charlene Correa. Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá-MT (1908-1930). Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados/MS. 2013.

FILHO, Lourenço. Parker, para o ensino de aritmética nas escolas primárias. 12ª Ed. Editora Melhoramentos. Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina.

GONÇALVES, Arlene da Silva. Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do estado (1910-1950)

HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner R. Saberes em (trans) formação: tema central da formação de professores. 1ª ed. São Paulo. 2017.

JOSQRILBERT, Alessandra Viegas. Escolarização na fronteira Brasil-Paraguai: 1901-1927. Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados/MS. 2016.

LEITE, F. Corumbá – Histórica e Turística – 1778/1978. 1978

MATO GROSSO. Livro de registro de cópias de ofícios, ofícios circulares, expedido pelos diretores do grupo escolar “Luiz de Albuquerque”, no período de 27 de fevereiro de 1924 a 7 de maio de 1932, p. 8.

MATO GROSSO. Livro de registro de visitas de inspeção e de cortesia – grupo escolar “Luiz de Albuquerque”, no período de 29 de março de 1924 a 19 de março de 1945, p. 2.

MATO GROSSO. Regimento Interno para os Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso, de 4 de novembro de 1916. Organizado de acordo com o parágrafo 1º do artigo 77 do Regulamento da Instrução Pública e Decreto nº 258 de 20 de agosto de 1910. APMT – Livro 213.

MATO GROSSO. Regulamento de Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927. APMT – fls. 163-227.

MATO GROSSO. Regulamento de Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Outubro de 1942. APMT – Livro 222.

MATO GROSSO. Programa de ensino para as Escolas Isoladas do Estado de Mato Grosso. APMT – livro 213 – p. 155 a 173. Cuiabá. Jul, 1916.

MODESTI, Tatiane. A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011.

MONTEIRO, Juliana da Silva. Cultura escolar: a institucionalização do ensino primário no sul do antigo Mato Grosso: o grupo escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974). Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados/MS. 2011

PATROCÍNIO, Margarida Célia. A aritmética para as escolas primárias de Mato Grosso (1910-1946): uma análise dos documentos oficiais. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT. 2016.

PINTO, N. B.. Marcas históricas da matemática moderna no Brasil. Revista Diálogo Educacional, Curitiba/Pr, v. 5, n.16, p. 25-38, 2005.

PÓVOAS, Lenine C. História de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-grossense de Letras. Cuiabá MT, 1985.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS. v. 14, n. 27, p. 122-147, jan.-jun., 2008.

REIS, Rosinete Maria dos Santos. A escola isolada à meia-luz (1891-1927). Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo. 2011.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. Escolas reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950). Dissertação de Mestrado. UFMS. Mato Grosso do Sul. 2012.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. Inovação e hibridez. A disseminação da escola primária em Mato Grosso (1945-1965): grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas. Tese de Doutorado. UNESP. São Paulo. 2018.

SILVA, Adriane Cristine. Grupo Escolar Esperidião Marques uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso (1910-1947). Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados/MS. 2011.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá e Poubel. De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

SILVA, Wilker Solidade da. Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974). Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados/MS. 2015.

SOUZA, Lécio Gomes de. História de Corumbá. 1979

TREVISAN, Marcio Bogaz. Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

VALENTE, Wagner R. Uma breve história do ensinar e aprender matemática nos anos iniciais: uma contribuição para a formação professores. *Educação Matemática Pesquisa*, São Paulo, v.15, Número Especial, p. 857-871, 2013a.

VALENTE, Wagner R. Lourenço Filho, as cartas de Parker e as transformações da aritmética escolar. 2013b.

VALENTE, Wagner R.; PINHEIRO, Nara Vilma Lima. Chega de decorar a tabuada! – As Cartas de Parker e a árvore do cálculo na ruptura de uma tradição. *Educação Matemática em Revista – RS*. Ano 16 – número 16 – v.1 – pp. 22 a 37, 2015.

ZOTTI, S. A. . Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani e Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). *Navegando pela história da educação brasileira*. 1ed.Campinas: Gráfica FE; HISTEDBR, 2006, v. , p. 1-27.

ZUIN, Elenice de Sousa Lodron. Escola Nova e o ensino de aritmética: direcionamento para a capacitação e formação docente em revistas pedagógicas brasileiras. 3º Encontro Nacional de pesquisa em História da Educação Matemática: História da Educação Matemática e Formação de Professores. Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, novembro, 2016.

## Anexos

Quadro 1 – Teses e Dissertações que encontramos que abordam o tema grupo escolar

AUTOR	TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Silvia Helena Andrade de Brito	Educação e Sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)	2001	UNICAMP	Tem como objeto desvelar a relação existente, nesta região de fronteira Brasil-Bolívia, entre o desenvolvimento da sociedade capitalista, naquele contexto particular, e a temática educacional.
Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e Silva (Tese)	De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)	2006	USP	Objetiva compreender a implantação dos primeiros grupos escolares em Mato Grosso. O olhar se desloca das reformas educacionais e da história institucional e recai sobre a história da infância.
Arlene da Silva Gonçalves (Dissertação)	Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da Política Pública Educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)	2009	UCDB	Tem como objetivo investigar o processo de criação e organização dos grupos escolares, como parte das políticas públicas educacionais no período compreendido entre as décadas de 1910 a 1950, no sul do Estado de Mato Grosso,

				atual estado de Mato Grosso do Sul (MS), em especial no município de Campo Grande (capital do estado de MS), particularmente, o Grupo Escolar Joaquim Murinho, primeiro grupo escolar implantado no sul do estado, no referido município
Ângelo Marcos Vieira de Arruda (Tese)	Arquitetura dos edifícios da escola pública no Brasil (1870-1930): construindo os espaços para a educação	2010	UFMS	A pesquisa concentra-se em analisar a arquitetura e a educação, a partir das relações históricas entre a normatização na produção do edifício escolar público no Brasil e como ele passou a existir como produto de um processo histórico, especificamente a partir do surgimento das Escolas do Imperador, no ano de 1870 até os anos de 1930.
Adriane Cristine Silva (Dissertação)	Grupo Escolar Esperidião Marques uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso (1910-1947)	2011	UFGD	Este trabalho envolve a temática acerca da História das Instituições Educacionais, tomando Mato Grosso como cenário e o Grupo Escolar Esperidião

				Marques (GEEM) como base de análise. Esta unidade institucional foi criada na cidade de Cáceres (MT) no ano de 1912 acompanhando o molde educacional desenvolvido no estado de São Paulo por volta de 1890 e 1896.
Juliana da Silva Monteiro (Dissertação)	Cultura escolar: a institucionalização do ensino primário no sul do antigo Mato Grosso: o grupo escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974)	2011	UFGD	Propõe investigar o processo de institucionalização do ensino primário no interior do Sul do antigo Mato Grosso a partir da implantação dos Grupos Escolares e à luz do cotidiano, da cultura escolar e material da escola.
Marcio Bogaz Trevisan (Dissertação)	Grupo Escolar Mendes Gonçalves: Vicissitudes da vida social e material da instituição e o contexto de implantação dos grupos escolares no Brasil (1889-1931)	2011	UFGD	Este trabalho refere-se à investigação acerca da temática história das instituições escolares no Brasil, tomando Mato Grosso como cenário e o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GRMG) em Ponta Porã (MS), como objeto central de análise.
Rosinete Maria dos Reis (Dissertação)	A escola isolada à meia-luz (1891-1927)	2011	USP	Objetiva analisar e compreender o processo de constituição das

				Escolas Isoladas enquanto modalidade escolar no contexto Mato-grossense no período de 1890-1928
Elton Castro Rodrigues dos Santos (Dissertação)	Escolas reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)	2012	UFMS	Analisa o processo de criação e expansão das escolas reunidas em Mato Grosso, no período compreendido entre 1927 e 1950, e sua relevância no cenário educacional do Estado
Charlene Correa Figueiredo (Dissertação)	Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá-MT (1908-1930)	2013	UFGD	Esta investigação refere-se à subárea História das Instituições Escolares (HIE) no Brasil, com destaque para o cenário sul-mato-grossense. Elegemos o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (GELA) como objeto de pesquisa, com ênfase para a escolarização da infância em Corumbá.
Claudiani Ferreira da Cunha (Dissertação)	Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: Cultura Escolar Primária em Itaporã-MT: Uma contribuição para a história das instituições	2015	UFGD	A ideia é discutir as condições políticas e sociais decisivas na implantação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, suas

	educativas (1953-1974)			formas de funcionamento, bem como suas práticas cotidianas e dos distintos agentes sociais da comunidade (alunos, professores, diretores, entre outros).
Wilker Solidade da Silva (Dissertação)	Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)	2015	UFGD	A pesquisa expõe as políticas educacionais brasileiras que traçaram um modelo de escola a simbolizar o conceito de moderno para o ensino nacional, e como a interpretação do olhar para a instituição escolar apresentou diversas perspectivas à medida que se alterava os rumos das políticas públicas.
Alessandra Viegas Josqrilbert (Dissertação)	Escolarização na fronteira Brasil-Paraguai: 1901-1927	2016	UFGD	Esta pesquisa se propõe a realizar aproximações entre a educação matogrossense e a paraguaia na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no limiar do século XX.
Margarida Celia Patrocínio (Dissertação)	A aritmética das escolas primárias de Mato Grosso (1910-1946): uma análise dos	2016	UFMT	Objetiva investigar as mudanças nas normativas para o ensino de Aritmética que

	documentos oficiais			demarcam etapas históricas dessa matéria nos primeiros anos escolares em Mato Grosso, no período de 1910 a 1946.
Thierry Rojas Bobadilha (Dissertação)	Educação primária no sul de Mato Grosso: o grupo escolar de Bataiporã – MT (1955-1974)	2016	UFGD	Este trabalho apresenta resultados de uma investigação referente à educação primária oferecida no Grupo Escolar de Bataiporã, sul do antigo Mato Grosso (SMT) e analisa quais elementos permitiram seu aparecimento e funcionamento em um lugar específico e momento histórico circunscrito. O recorte temporal desta pesquisa é de 1955 a 1974.
Elton Castro Rodrigues dos Santos (Tese)	Inovação e hibridez. A disseminação da escola primária em Mato Grosso (1945-1965): grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas	2018	UNESP	Fazendo uso de fontes documentais (legislação, relatórios oficiais e mensagens de governo), de dados estatísticos, de bibliografia analítica sobre a educação mato-grossense e de depoimentos orais, o presente estudo objetiva descrever os diferentes modelos utilizados

				e implementados para a disseminação da instrução primária no período de 1945 a 1965.
--	--	--	--	--